

CLAUDIR JOSÉ RUBENICH

**AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DA ESCOLA FAMÍLIA
AGRÍCOLA - COAAMS NO DESENVOLVIMENTO DE
COMUNIDADES RURAIS**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
CAMPO GRANDE - MS
2004**

CLAUDIR JOSÉ RUBENICH

**AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DA ESCOLA FAMÍLIA
AGRÍCOLA - COAAMS NO DESENVOLVIMENTO DE
COMUNIDADES RURAIS**

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de mestre em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico à Banca Examinadora, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Antonia Railda Roel

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
CAMPO GRANDE - MS
2004**

BANCA EXAMINADORA

Orientadora – Prof. ^a Dr^a. Antonia Railda Roel
Universidade Católica Dom Bosco - UCDB

Prof. Ph.D. Vicente Fideles Ávila
Universidade Católica Dom Bosco - UCDB

Pesquisador - Dr. Mário Artemio Urchei
EMBRAPA – CPAO - Dourados - MS

DEDICATÓRIA

Dedico:

a Hato Bruno (*in memória*) e Glacéria Rubenich, meus pais;

à Abenil, minha companheira, pela sua compreensão;

aos filhos Aline, Natan e Gabriel que está chegando.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Católica Dom Bosco, ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local pela bolsa concedida, que possibilitou a realização do Mestrado;

Aos Professores e ao pessoal de apoio do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local;

À minha orientadora, Prof. ^a Dr.^a. Antonia Railda Roel, pelas suas contribuições, indicando caminhos;

Ao Prof. Ph.D. Vicente Fideles Ávila e ao pesquisador Dr. Mário Artemio Urchei pelas sugestões;

Aos colegas do Curso pelas contribuições com seus conhecimentos e a convivência;

À Ir. Olga Manosso pela articulação das visitas às famílias e colaboração com fatos e dados;

Em especial à EFA – COAAMS, aos monitores(as) alunos(as), suas famílias e ex-alunos(as) os sujeitos desta pesquisa.

RESUMO

Objetivou-se realizar uma análise dos fenômenos envolvidos no meio em que vivem os(as) jovens que estudam ou estudaram na EFA – COAAMS e identificando assim se os objetivos da escola estão se cumprindo, na visão dos pais, por meio de observações locais e aplicação de questionários. O programa de reforma agrária brasileiro enfrenta problemas diversos, entre eles a falta de capacitação no sentido de viabilizar a transformação do assentado em agricultores familiares. O sistema de educação de alternância, EFA (Pedagogia da Alternância dos CEFFA's, Centros Familiares de Formação em Alternância) tem como objetivo capacitar os jovens na atividade agrícola apropriada e assim formar multiplicadores e inseri-los efetivamente nas atividades agrícolas, e exercendo assim, a extensão rural em suas comunidades de origem. Os(as) jovens são originárias de famílias assentadas no Estado de Mato Grosso do Sul, permanecendo por um período de quinze dias na escola e outros quinze dias junto às suas famílias. O estudo indicou que a EFA – COAAMS vem contribuindo para fixação dos (as) jovens no meio rural, onde mais de 90% dos egressos estão exercendo atividades na Agricultura Familiar no Estado de Mato Grosso do Sul como agricultores na suas propriedades ou técnicos em empresas do estado.

Palavras-chave: Escola Família Agrícola, Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local.

Apoio: UCDB (Bolsista).

ABSTRACT

In this research work the aim was to analyze the phenomena that deal with young people that study or with those that have studied in The Agricultural Family School (AFS) at COAAMS and in this way to identify if the objectives of the school have been accomplished, on their parents' point of view, by means of local observations and by use of question forms. The Brazilian agrarian reform program face several problems, among them, the necessity of qualification in the sense to transform the settled people in real agricultural families. The education system of alternation such as the AFS (Pedagogy of Alternation of the CEFFAs, Family Center of formation in Alternation) has as an objective to qualify the young people in the appropriate agricultural activities and as such to form multipliers in order to put them effectively in action in the agricultural activities in order to execute rural extension work in their home communities. The students come from the settled families of Mato Grosso do Sul' State and they stay for a period of 15 days in the school and other 15 days at home with their families. The study have indicated that the AFS-COAAMS have been contributing with the settlement of the young people in the field where more than 90% of the returned students are executing some activities in the agricultural families field in the State of Mato Grosso do Sul as farmer in their properties or technicians in some one of the state agencies.

Key Words: Agricultural family school, Agricultural family, Local development.

Support: UCDB (Scholarship).

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Renda total por ha/ano dos estabelecimentos familiares e patronais.....	32
Gráfico 2. Atividades rurais geradoras de renda (monetária) dos assentamentos de origem de alunos da EFA – COAAMS em estudo. Mato Grosso do Sul, 2002.....	74
Gráfico 3. Distância da EFA em Km até os assentamentos de origem dos alunos da EFA - COAAMS. Mato Grosso do Sul, 2002.	76
Gráfico 4. Atividades agrícolas desenvolvidas pelas famílias dos assentamentos com alunos na EFA – COAAMS. Mato Grosso do Sul, 2002.	78
Gráfico 5. Número de filhos por família de alunos da EFA – COAAMS, nos assentamentos em estudo. (Mato Grosso do Sul, 2003)	82
Gráfico 6. Localização dos filhos em relação à família, nos assentamentos, freqüentadores da EFA – COAAAMS. (Mato Grosso do Sul, 2002).....	83
Gráfico 7. Filhos e filhas que se afastam das famílias, com alunos freqüentadores da EFA – COAAMS. (Mato Grosso do Sul, 2003).	84
Gráfico 8. Localização atual dos jovens egressos da EFA –COAAMS. (Mato Grosso do Sul, 2003).	85

Gráfico 09. Jovens assentados que freqüentaram a EFA que residem no meio urbano e hoje trabalham com atividades ligadas ao meio rural e urbano, (Mato Grosso do Sul, 2003).....	86
Gráfico 10. Participação dos jovens assentados que frequentaram EFA em organizações sociais. Mato Grosso do Sul, 2003.....	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. O uso da terra no Brasil.....	25
Tabela 2. Taxa de crescimento da população residente – 1970/2000.....	26
Tabela 3. Agricultores Familiares – Estabelecimentos e percentuais de estabelecimentos, área e valor bruto da produção (VBP), segundo as grandes regiões.....	32
Tabela 4. Agricultores Familiares – Acesso á tecnologia e à assistência técnica.....	33
Tabela 5. Demonstrativo dos Centros Familiares de Formação em Alternância (CEFFA´s) no mundo.....	57
Tabela 6. Assentamentos Rurais com Famílias de alunos que freqüentaram a Escola Família Agrícola – COAAMS em 2001 e 2002, no Estado de Mato Grosso do Sul.....	69

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Fases do assentamento.....	49
Figura 2. Distribuição das EFA's, no país.....	56
Quadro 1. Acumulação Teórica Do Desenvolvimento Sustentável Dos Organismos Internacionais.....	36
Quadro 2. Operacionalização dos instrumentos pedagógicos.....	60

LISTA DE SIGLAS

ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
AFCAFAT	Associação Coletiva dos Agricultores Familiares do Assentamento Terra Solidária
ACARMAT	Associação de Crédito e Assistência Rural do Mato Grosso
AGROSUL	Empresa de Serviços Agropecuários de Mato Grosso do Sul
ARCAFAR	Associação Regional das Casas Familiares Rurais
ASBRAER	Associação Brasileira das Entidades Estaduais de
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BM	Banco Mundial
CATP	Contrato de Alienação de Terras Públicas
CEFFA's	Centros Familiares de Formação em Alternância
CEPAGRO	Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
CFRs	Casas Familiares Rurais
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social

COAAMS	Centro Organizacional e Apoio aos Assentados de Mato Grosso do Sul
DNL	Desenvolvimento No Local
DPL	Desenvolvimento Para o Local
ECOR`s	Escolas Comunitárias Rurais
EFA	Escola Família Agrícola
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMPAER	Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul
EUA	Estados Unidos da América
FASER	Federação das Associações de Servidores da Extensão Rural
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IAGRO	Agência Estadual de Controle Sanitário Animal e Vegetal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDATERRA	Instituto de Desenvolvimento Agrário, Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MEPES	Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo

MFR	Maison Familiale Rurale
MS	Mato Grosso do Sul
ONGs	Organizações Não Governamentais
PA	Pedagogia da Alternância
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PE	Plano de Estudo
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SISBRAER	Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
TERRASUL	Departamento de Terras e Colonização - MS
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
UNEFAB	União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil
VBT	Valor Bruto da Produção Agropecuária
WWF	World Wildlife Fund

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	19
CAPÍTULO 1 CONTEXTUALIZAÇÃO	22
1.1 A AGRICULTURA NO BRASIL E EM MATO GROSSO DO SUL	22
1.2 A EXTENSÃO RURAL	26
1.3 AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE.....	31
1.4 DESENVOLVIMENTO LOCAL RURAL.....	40
1.5 REFORMA AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS RURAIS	46
CAPÍTULO 2 A JUVENTUDE RURAL E CAPACITAÇÃO	51
2.1 A JUVENTUDE RURAL E CAPACITAÇÃO	51
2.2 CENTROS FAMILIARES DE FORMAÇÃO EM ALTERNÂNCIA.....	54
2.2.1 Percurso Histórico	54
2.2.2 Características dos CEFFA`s	57
2.2.3 Dispositivos Pedagógicos das EFA`s	59
2.2.4 A EFA – COAAMS	64
2.2.5 Conteúdos da Formação do Técnico em Agropecuária da EFA – COAAMS	66
CAPÍTULO 3 EFA – COAAMS <i>versus</i> REALIDADE POR ELA VISADA	68

3.1 AMOSTRAGEM	68
3.2. A EFA-COAMS E O DESENVOLVIMENTO E EXTENSÃO NO MEIO RURAL	70
3.3. A EFA-COAMS E A FIXAÇÃO DO JOVEM NO CAMPO E A QUESTÃO GÊNERO.	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS.....	94
APÊNDICES.....	101

INTRODUÇÃO

Historicamente, a agricultura no Brasil exerceu papel fundamental no crescimento do país. A implantação do parque industrial do país praticamente se viabilizou às custas da produção agrícola. Pela exportação dos produtos agrícolas, esses recursos eram disponibilizados com juros subsidiados, quando a inflação era de altas taxas. O novo modelo de agricultura requer altas produções com “qualidade”, dependente de fertilizantes, pesticidas sintéticos e da mecanização para atender à demanda mundial.

Por outro lado, a modernização conservadora da agricultura vem excluindo do processo a pequena e média propriedade. Muitas famílias camponesas tiveram que abandonar o meio rural contra sua vontade, migrando para as grandes cidades, o que significou aumento da pauperização no país. A extensão rural no Brasil teve papel relevante na expansão do modelo agrícola. A adoção de tecnologias inadequadas acelerou a perda da identidade e de auto-estima, ajudando a acelerar o êxodo rural (ALMEIDA, 1997).

Porém, a modernização agrícola tem oferecido poucas perspectivas à juventude rural, para realizar seu projeto com isso, restando-lhe a alternativa da migração mesmo contra sua vontade. Segundo Durston (2002) apenas 48% da juventude rural frequenta até a quarta série do ensino fundamental, o que comprova o baixo nível de escolaridade. Neste contexto de poucas perspectivas para a juventude rural e Agricultura Familiar, é que nasce a idéia da instalação da primeira EFA (Escola Família Agrícola) no Brasil, em 1968, no Estado de Espírito Santo.

No Mato Grosso do Sul, num Estado em que predomina a pecuária de corte e em grandes propriedades, com a implantação de novos assentamentos, principalmente a partir de 1984/85, as demandas da extensão rural e da pesquisa aumentaram. As lideranças dos assentamentos percebem que algo deveria ser feito. Em 1989, os assentados criaram a COAAMS (Centro Organizacional e Apoio aos Assentados de Mato Grosso do Sul) com o objetivo de lutar por melhor infraestrutura para os assentamentos, por créditos e melhoria da assistência técnica. Porém, como a assistência técnica nos assentamentos continuava precária, em 1994 as lideranças optaram pela criação da EFA – COAAMS, visando a formação em que o trabalho junto às famílias e estudo estivesse interligados, mantendo o (a) jovem ligado (a) ao seu meio, onde pudessem ser os protagonistas da promoção do desenvolvimento local.

A Pedagogia da Alternância das EFA's, desde a sua criação em 1937, aperfeiçoou dispositivos pedagógicos para a formação dos (as) jovens, atendendo sempre às especificidades do local. Consiste na dinâmica em que os jovens permanecem por um período de 15 dias na escola e 15 dias no seu meio. A EFA – COAAMS não é a única escola que faz alternância no Mato Grosso do Sul. Porém, a Pedagogia da Alternância diferencia-se das demais pelos dispositivos pedagógicos específicos. A falsa alternância, “[...] consiste em deixar espaços vazios durante os períodos da alternância (podendo ser utilizados para o trabalho ou não) sem estabelecer nenhuma relação entre a formação acadêmica e as atividades práticas” (CALVÓ, 1999:19).

As famílias dos (as) jovens que freqüentam a EFA – COAAMS são de assentamentos do INCRA e do governo do Estado, instalados a partir da década de 80. 85% dessas famílias são migrantes nordestinos e mineiros e das quais muitas delas passaram anos no Paraguai em situações de semi-escavidão. Nos acampamentos passaram de um até sete anos em situações precárias, situação que contribuiu para a desestruturação familiar e o aumento da pobreza (MANOSSO, 2002).

O objetivo da pesquisa foi avaliar se a EFA – COAAMS estaria atingindo o propósito de *realizar indiretamente uma verdadeira extensão rural*. Uma vez que por ocasião da criação da escola esta foi identificada como uma demanda pelas lideranças nos assentamentos do Estado de Mato Grosso do Sul, pois os técnicos da ATER pública não se adaptaram à realidade dos assentamentos. Outro objetivo deste trabalho foi identificar a

localização dos egressos, se a escola está possibilitando aos jovens desenvolverem seu projeto sócio-profissional no seu meio e contribuir para a fixação do jovem nos assentamentos.

CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Para fundamentar a pesquisa, inicialmente foram realizadas consultas documentais, atas de reunião, escritos, e outros, como fontes primárias. Além da técnica da entrevista semi-estruturada, a pesquisa utilizou-se do questionário como instrumento para a análise quantitativa, em ambos com objetivos pré-estabelecidos.

A entrevista é necessária quando se deseja obter informações sobre os fatos, para posteriormente serem cotejados com as teorias. Geralmente envolve mais de um objetivo, descrição de populações, testes de hipóteses e outras formas de explicação causal, predição de eventos ou condições futuras, avaliação de programas sociais e desenvolvimento de indicadores sociais. Na entrevista há um contato mais direto com a realidade e o assunto pode ser abordado sob diferentes pontos de vista.

A opção pela pesquisa qualitativa se deve ao fato de esta utilizar-se de conhecimentos das ciências sociais, psicologia, sociologia, história, etc. Segundo Michels (2003), as ciências sociais abrangem diferentes áreas de conhecimento, que se preocupam com os fenômenos sociais, econômicos, políticos, psicológicos, culturais, educacionais, ou seja, aqueles que englobam relações de caráter humano e social.

Para análise qualitativa na pesquisa, o recurso básico e inicial é a descrição. “Os cientistas naturais trabalham com descrições e, de fato, o fazem. As Ciências exatas como as Matemáticas e, especificamente a Geometria, não estão interessadas em formas reais intuitivas através dos sentidos, como estão os pesquisadores descritivos da natureza” (MARTINS, 1997: 49).

A abordagem qualitativa permite, através da interpretação dos dados coletados pelo pesquisador, descrever e analisar os fenômenos envolvidos no meio em que vivem os(as) jovens que estudam na EFA. No entanto, na análise qualitativa a descrição não se fundamenta em idealizações, imaginações [...] Martins (1997).

Levando em consideração o nível de informação dos entrevistados, procurou-se evitar ordem de pergunta que pudesse levar a induzir as repostas (Questionários I e II no apêndice “A”).

Segundo Martins (op. cit.: 58), “Na pesquisa qualitativa, uma questão metodológica importante é a que se refere ao fato de que não se pode insistir em procedimentos sistemáticos que possam ser previstos, em passos ou sucessões como uma escada em direção à generalização.”

Para Thiollent (1987), a entrevista não-diretiva é um meio de aprofundamento qualitativo da investigação, que pode ser caracterizado por questionário e perguntas fechadas. A não diretividade, muitas vezes definida de maneira vaga, foi criticada por diversos autores, tanto na área da pesquisa social quanto da pedagogia. Deve-se problematizar, anteriormente às situações envolvidas, para não se realizar entrevistas na base da intuição.

Enquanto a pesquisa quantitativa tenta, através dos dados, dar uma resposta às hipóteses anteriormente definidas, há pouca distorção na etapa de interpretação dos resultados, que pode fornecer dados mais precisos em relação a um determinado problema.

As perguntas elaboradas, nos questionários, de certo modo tentam traduzir a problematização do caso, que consiste *em analisar quantos egressos da EFA - COAAMS continuam no meio rural, e, se estão desenvolvendo atividades em prol do desenvolvimento da Agricultura Familiar no seu meio.*

Por outro lado, a problematização nos questionários pode sofrer distorções, quando são transportadas percepções de outras categorias de percepção ou o próprio pesquisado pode transpor certos critérios, muitas vezes aderindo de maneira consciente ou até preconceituosa.

Durante a visita sempre foram feitas perguntas abertas, em relação às quais o entrevistador teve um papel mais ativo, possibilitando, neste contexto, associar ao levantamento manifestações de caráter mais afetivo do que intelectual.

Após as aplicações dos questionários às famílias dos alunos, ou no decorrer das mesmas, foram realizadas entrevistas com pessoas identificadas previamente como líderes naturais da comunidade e apresentadas por presidentes da associação, líderes antigos nos acampamentos identificados pelo histórico determinado por pesquisas anteriores.

Além da técnica do questionário e das entrevistas semi-estruturadas os pesquisadores se utilizaram da observação. Conforme Paulitsh (2002: 24):

Observação:

A técnica de observação se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto. A importância dessa técnica reside no fato de podemos captar uma variedade de situações ou fenômenos que são obtidos por meio de perguntas, uma vez que observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real.

A inserção do pesquisador no campo está relacionado com as diferentes situações de observação participante por ele desejada. Num pólo, temos a sua participação plena, caracterizada por um envolvimento por inteiro em todas as dimensões de vida do grupo a ser estudado. Noutro, observamos um distanciamento total de participação da vida do grupo, tendo como prioridade somente a observação.

CAPÍTULO 1

CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 A AGRICULTURA NO BRASIL E EM MATO GROSSO DO SUL

A colonização do Brasil foi caracterizada pela divisão das terras em sesmarias, pelas monoculturas e pelo trabalho escravo. Ou seja, predominou sempre a monofuncionalidade na agricultura brasileira, inicialmente com a exportação do pau-brasil, cana-de-açúcar, latifúndio pastoril e a cultura do café.

No período pós-guerra, a agricultura tornou-se mais dependente do uso de fertilizantes e pesticidas sintéticos, assim como a mecanização agrícola, aumentando os custos de produção com diminuição da lucratividade. Conseqüentemente o meio rural brasileiro sofreu grande transformação social no século XX, grande parte das famílias de trabalhadores rurais abandonou a vida rural contra sua vontade.

Nos anos 60, a agricultura brasileira passa por grandes transformações, onde alguns latifúndios improdutivos transformam-se em grandes empresas capitalistas, excluindo do processo a pequena e média propriedade. Uma modernização conservadora, que mantém a estrutura fundiária concentradora. O novo modelo requer que as propriedades produzam com qualidade e quantidade sustentadas na adubação química e mecanização para atender ao mercado externo e às indústrias nacionais (CARDIM, 2004).

A geração de novas tecnologias adaptadas às diferentes regiões é um processo que se encontra no início, com transformações lentas, mas de modo contínuo. Atualmente, os métodos de pesquisa são consequência de procedimentos e mentalidades de um setor público agropecuário originário de um contexto onde imperava a substituição de importações, pouca valorização dos recursos naturais e fortes intervenções estatais (BURGER, 1999). Por isso, a atual preocupação com a competitividade, equidade e sustentabilidade da agricultura exige a modernização do setor público agropecuário, como um todo, com o propósito de adequá-lo ao novo contexto. Esse processo deve ser visualizado como um facilitador e regulador das atividades da sociedade civil, complementando-a, sem tentar substituí-la.

Para Burger (op. cit. 1999), o perfil do agricultor moderno, preconizado pela sociedade é: um agente econômico que seja capaz de produzir intensivamente para atender à demanda mundial; discernir e selecionar as melhores combinações de trabalho, tecnologia, capital e solo para bem produzir; analisar as tendências e conjunturas do mercado e decidir o que e quanto produzir; que saiba interpretar projetos de viabilidade econômico-financeira com visão macroeconômica para atender à tendência da expansão mundial de alimentos e matérias-primas.

O modelo de agricultura brasileira vem demonstrando sua insustentabilidade ecológica, no que diz respeito à degradação do território. O bioma cerrado vem tendo crescente reconhecimento da importância para manutenção da biodiversidade e do equilíbrio hidrográfico do território. No entanto, a expansão horizontal foi maior sobre o cerrado, atualmente um dos biomas mais ameaçados do planeta que vem se tornando uma grande fronteira à produção de grãos para a exportação, principalmente o milho, o arroz e ultimamente a soja.

Os subsídios da produção agrícola nos países “ricos” dificultam uma política justa de preços dos produtos brasileiros. A globalização perversa, na sua essência, produz as desigualdades sociais entre os que detêm os meios de produção de um determinado espaço e os trabalhadores. O espaço, lugar, território, que as empresas elegem para suas instalações, é definido por força de lógica internacional fundada nas regras de competitividade, derivada do respectivo produto. Buscam por territórios que melhor lhes convém para sua localização. Não hesitam em trocar de local quando suas vantagens competitivas ficam reduzidas (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Com a globalização, os espaços rurais estão cada vez mais ganhando reverência, pela capacidade da organização e de pressão dos movimentos sociais que reclamam do “rural” e do “agrícola”, particularmente na Europa, e dos próprios impactos das políticas públicas, nacionais e macroregionais sobre os espaços rurais, reiterando a existência do rural como espaço e ator coletivo (WANDERLEY, 1996).

Na história recente do nosso país, o poder do estado era utilizado para benefícios privados, assim como tem criado “aparelhos” para impor vontades. Isso gera processo de degradação local, provocando deterioração da infra-estrutura social e estimulando êxodo de jovens, e inibindo a manifestação da cultura local. Contrário a tudo isso, se viu, nos anos 80, os movimentos sociais lutarem para a conquista de sindicatos, fundações, cooperativas, associações com posturas a serviço do poder dominante (MOREIRA, 1998).

Nos anos 90 se viu que a conquista dos anos 80 vem sendo gradualmente substituída e o esforço se deslocando para a participação em poderes políticos locais e regionais, objetivando apoiar e ou definir políticas públicas, em parceria com o governo local (prefeitura) e entidade civis. O estado passa a ser visto como aliado das organizações para o desenvolvimento local (MOREIRA, op. cit). Por outro lado, às associações carecem de agentes locais capacitados para liderarem processos que despertem para as potencialidades locais.

Inovações tecnológicas e organizacionais na agricultura possibilitaram novo uso da terra e do tempo. Na década de 60, o Brasil criou o Sistema de Crédito Rural, subsidiado e orientado com assistência técnica obrigatória. Eram concedidos créditos a partir de projetos técnicos, que impunham a compra de sementes e insumos modernos. Em 1974, foi criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), unificando os sistemas agrícolas existentes no país.

Entre 1970 e 1980, o número de financiamentos concedida a produtores e cooperativas diminuiu em todas as regiões do país. Nos anos 90 houve declínio acentuado do número de financiamentos concedidos. Assim, a produção agrícola criou e recriou novas formas espaciais. A ocupação de novas fronteiras agrícolas, decorrente do processo de modernização, acabou expulsando quem ali morava, na maioria das vezes os que praticavam a agricultura de subsistência. As atuais ocupações são organizadas por grandes empresas, com a

cooperação do poder público. Segundo Santos e Silveira (2001), essa modernização significou a introdução maciça de máquinas e produtos químicos de firmas como a Ford, Massey Ferguson, Shell, Ciba-Geigy, Bayer, Dow-Chemical, Agrocerees e Cargil.

A região Centro-Oeste, constituída pelos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins, é uma área de “ocupação periférica” recente. O meio técnico-científico-informacional se estabelece sobre um território praticamente “natural”, ou melhor, “pré-técnico”, onde a vida de relações era rala e precária. Sobre essa herança de rarefação, os novos dados constitutivos do território são os do mundo da informação, da televisão, de uma rede de cidade assentada sobre uma produção agrícola moderna e suas necessidades relacionais (SANTOS e SILVEIRA, 2001: 271).

Atualmente, segundo a Revista Agronegócio Brasileiro (2004), está ocorrendo incorporação de novas áreas, principalmente no Centro-Oeste e Nordeste, impulsionada pela produção da soja. Nestas regiões, nos últimos sete anos ocorreu o aumento de 5 milhões de hectares, dos 8 milhões em âmbito nacional.

Tabela 01: O uso da terra no Brasil

	Milhões de hectares	% do território
Área agricultável disponível total (estimada)	152,5	17,9
Área agricultável utilizada	62,5	7,3
Lavouras permanentes	15	1,8
Lavouras temporárias	42,5	5,0
Florestas plantadas	05	0,6
Área agricultável disponível não utilizada	90	10,5
Pastagens	177	20,8
Área de florestas nativas e reservas ambientais	440	53,0

Fonte: Rev. Agronegócio Brasileiro, 2004.

Com a criação, em 1977, e a instalação do Estado de Mato Grosso do Sul em 1979, e a nova capital Campo Grande, cresceu ainda mais o êxodo rural, acelerado pelos avanços no campo industrial e a tecnificação do meio rural (tabela 2). O esvaziamento do meio rural, marcado por total abandono e pobreza, caracterizou uma população desassistida em termos de educação, de saúde, de transporte, de comunicação e de serviços essenciais básicos para o desenvolvimento de um povo (MANOSSO, 2002).

Em Mato Grosso do Sul, o PIB (Produto Interno Bruto) agrícola que era de 47,1% do PIB global em 1980, caindo para 16,5% em 1995.

Tabela 2: Taxa de crescimento da população residente do estado de MS – 1970/2000.

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	POPULAÇÃO			
	1979	1980	1991	2000
RURAL	546.087	450.444	365.926	330.895
URBANA	452.117	919.123	1.414.447	1.747.109
TOTAL	998.204	1.369.567	1.730.373	2.078.001

Fonte: REIS, 2002.

Atualmente, o agronegócio brasileiro vem representando: elevadas taxas de crescimento, conforme dados publicados pelo IBGE. “No período de 1998 a 2003, a taxa de crescimento do PIB agropecuário foi de mais de quatro vezes a do PIB total, 4,67% a.a e 1,38% a.a, respectivamente” (AGRONEGÓCIO BRASILEIRO, 2004:10.).

1.2 A EXTENSÃO RURAL

Em 1914, através da Lei Smith Lever de 1914, o governo dos EUA oficializou o Serviço de Extensão Rural.

Na época, havia a preocupação de a extensão rural levar não somente algo pronto e acabado para o agricultor e, sim, de ensinar como aprender, ou seja, de o agricultor construir seu conhecimento a partir de suas potencialidades:

O objetivo de transformar as condições de vida do homem do campo é fortalecido por duas situações da origem da extensão rural: a primeira é que a extensão rural surge do movimento social dos agricultores e a segunda é que as universidades agrícolas nascem dos princípios liberais-democráticos de liberdade e igualdade produtiva. Portanto, a extensão rural assume o papel de promover a social-democracia desde a sua origem (MACHADO, 2003: 48).

No Brasil a extensão rural surgiu na década de 20, através da Escola Superior de Agricultura de Viçosa (ESAV), organizada e fundada pelo norte-americano Peter Henry Rolfs, que organizou encontros periódicos para passar informações técnicas, ficando conhecida como “Semana do Fazendeiro”.

A ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural) e a companhia norte-americana Rockfeller passaram a liderar o modelo de extensão no país. Mais tarde, em 1954, o modelo desenvolvido em Minas Gerais foi entendido para outras regiões. Também nesse ano foi criado o Escritório Técnico de Agricultura (ETA), através de outro convênio do governo brasileiro com o governo americano. O ETA tinha como meta a difusão de programas de assistência técnica e o crédito rural através de serviços regionais. Mais tarde, foi fundada a ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural) com o objetivo de expandir o sistema. Foi nesse período que ocorreu, em maior intensidade, a “modernização da agricultura” com créditos facilitados e estreitas ligações com as indústrias de fertilizantes, defensivos e máquinas (MACHADO, 2003).

Na década de 70, a agricultura se pautou pela ênfase à exportação e o processo de “modernização” se aperfeiçoou com investimentos nas áreas de educação, pesquisa, recursos humanos e tecnológicos, tendo sido inclusive criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) para executar pesquisas no País. Em 1974, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), passou a exercer e coordenar os programas de assistência técnica no País, no lugar da ABCAR. Foi nesse período que surgiram as EMATER’s (Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural) nos estados atuando em conjunto com a EMBRATER, para transferência de tecnologias.

A EMBRATER nasceu num período de contradições, período do regime de 64, sendo uma contrapartida do Estado para manter o controle sobre as estruturas sócio-políticas, no sentido de perenizar a acumulação. O governo priorizou a sua ação no público de média e até alta renda, visando maior abrangência e redução de recursos (OLIVEIRA, 1987).

A pequena e média propriedade foi restringida nos programas de extensão nesse período, para atender aos interesses do capital internacional. Para a Agricultura Familiar, o uso de práticas e tecnologias inadequadas significou degradação cultural, perda de identidade e de auto-estima, enfim, um quadro intensificado de exclusão social e degradação local (BURGER, 1999).

Em 1990, com a política neoliberal das privatizações, a EMBRATER foi extinta. A dificuldade para criação de uma Extensão Rural no país, para fazer frente à realidade, estava a cada dia mais difícil. Em 1994, as ONGs organizaram um seminário para formular novas propostas para o desenvolvimento sustentável.

Em 1996, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), inicialmente com o objetivo de melhorar a Assistência Técnica e Extensão Rural aos Agricultores Familiares. Em 1997, novas propostas foram levantadas para a política de extensão rural em vista do desenvolvimento sustentável. Mas a realidade ainda exigia novas posturas da Extensão Rural para fazer frente às exigências de um trabalho compromissado social e ideologicamente com a Agricultura Familiar, bem como com visão ética e democrática, que considerando a cultura do homem do campo e o desenvolvimento da consciência de preservação dos recursos, para que as próximas gerações possam usufruir.

A busca de um novo foco principal está expresso na missão da ATER (Assistência Técnica Extensão Rural) pública, é :

Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2004).

O trabalho de um Agrônomo como extensionista consiste em saber problematizar a realidade em que vivem os camponeses, atuando criticamente sobre ela, para que possam transformar a realidade em que vivem, “[...] este sim, é o trabalho autêntico do agrônomo como educador, do agrônomo como um especialista, que atua com outros homens sobre a realidade que os mediatiza” (FREIRE, 1992: 24).

É indiscutível que o agrônomo seja um educador e como tal um dos agentes da mudança. “Daí que a sua participação no sistema de relações camponeses-natureza-cultura não possa ser reduzida a um *estar diante*, ou a um *estar sobre*, ou a um *estar para* os

camponeses, pois deve ser um *estar com eles*, como sujeito da mudança também” Freire (op. cit.: 56).

Realizar extensão rural no sentido da ação de levar, de transferir, de entregar, de depositar algo em alguém, ressalta a uma conotação meramente mecanicista, a comunidade-localidade não “endogeneiza” capacidades, competências e habilidades, essenciais para o desenvolvimento local.

No Mato Grosso do Sul, o sistema de extensão rural nasceu em 1965, através da ACARMAT (Associação de Crédito e Assistência Rural do Mato Grosso), época em que Mato Grosso do Sul era apenas o sul de Mato Grosso. Em 1974, as atribuições da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) foram incorporadas pela EMBRATER. Período em que foram criadas as Empresas estaduais de ATER, as EMATER's e as funções da ACARMAT foram incorporadas à EMATER/MT.

Em 1979, com a instalação do estado de Mato Grosso do Sul (criado em 11/10/1977), surgiu então a EMPAER/MS (Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul).

Em 2000, o governo do estado de Mato Grosso do Sul criou o IDATERRA (Instituto de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural), extinguindo a EMPAER/MS. As funções das extintas EMPAER, AGROSUL E TERRASUL foram incorporadas ao IDATERRA e sua MISSÃO passou a ser a de estimular o desenvolvimento sustentável e a extensão rural associada ao crédito, à provisão de insumos, à comercialização agropecuária e à organização de produtores.

A VISÃO do IDATERRA é a introdução de tecnologia gerada pela pesquisa, para que possa aumentar as potencialidades dos recursos naturais, para aproveitamento racional, por meio de uso de metodologia apropriada.

Ao IDATERRA compete a definição de políticas e a coordenação da implantação das atividades de Assistência Técnica, Extensão Rural e outros serviços ligados ao desenvolvimento e ao aprimoramento da agricultura e pecuária do Estado, destinados aos agricultores familiares, assentados, pescadores, comunidades indígenas e quilombos, bem

como o fomento e o incentivo ao associativismo e à organização de Cooperativas nesses segmentos¹.

De acordo com depoimentos levantados em trabalhos recentes entre os Planos de Estudos da EFA – COAAMS (2003), o serviço de extensão rural público não satisfaz às necessidades dos assentados.

Com a mudança da EMPAER para o IDATERRA, em 2000, o quadro de funcionários foi reduzido significativamente. A medida visou o enquadramento das despesas do governo e do ajuste fiscal, conforme redação da LEI Nº 2.152, DE 26 DE OUTUBRO DE 2000, no Art. 83. Mais uma vez a Agricultura Familiar foi duramente penalizada. Um setor que, se tivesse um sistema de extensão rural eficaz e eficiente e com recursos financeiros, teria potencialidade de ocupar mão-de-obra familiar, principalmente os (as) jovens, auferindo maior renda e uma vida mais digna para os (as) camponeses(as).

Nos projetos de assentamentos rurais, o IDATERRA planeja, coordena e acompanha ativamente promovendo a melhoria das condições ambientais e espaciais, incentivando a adoção de tecnologias adaptadas e avaliação dos resultados (MENDES op. cit.). Atualmente, o IDATERRA tem 64 escritórios e 4 postos avançados, estabelecidos em 64 municípios com um quadro de 450 funcionários.

Experiências de adequar a tecnologia ao Assentamento têm-se revelado bastante custosas, pois quando cessa a intervenção externa, regridem às formas anteriores, ou seja, à dependência de favores externos. O assentado não pode então adequar-se às tecnologias se ele não produziu uma consciência social e da produção (ABRAMOVAY, 2000). Daí a importância de a extensão rural ser uma prática libertadora, que “desabroche” a comunidade para o desenvolvimento de seu meio, cumprindo sua função social, ambiental e da produção de alimentos de forma sustentável.

¹ Informação obtida no IDATERRA, Campo Grande, agosto de 2004, fornecida, pelo Méd. Vet. MSc. Arizoly Mendes, gerente de desenvolvimento rural e abastecimento.

1.3 AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE

Agricultura Familiar, Pequeno Agricultor, ou Camponês, são denominações que atualmente vêm sendo utilizadas e que não deixam de ser sinônimos. Porém, algumas organizações questionam a denominação Agricultura Familiar, pois esta traria uma idéia-político-economicista, ou seja, um agricultor capitalizado que é integrado ao mercado e faz uso de tecnologias avançadas (FERNANDES, 2004), enquanto o conceito de “Camponês” estaria relacionado ao seu papel histórico de resistência, a exemplo das Ligas Camponesas, antes de 1964, no Brasil.

O “Campesinato”

sempre lutou para ser sujeito de sua própria história. Assim compreendido, na existência do campesinato está contida a sua condição de criação e recriação. Porque é a única categoria que pode criar a sua própria existência, diferentemente do capitalista e do assalariado, sendo que um só existe se o outro existir num processo contínuo de exploração, submissão e desigualdade. Esta é a razão que explica a persistência do campesinato na história (FERNANDES, op. cit.: 13).

A Agricultura Familiar pode ser caracterizada como aquela em que a gestão da propriedade e a maior parte do trabalho são oriundas de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Nos estabelecimentos familiares, as decisões sobre o que e como produzir não são determinadas apenas pela lógica do mercado, mas, também, por outras lógicas que visam atender às variadas necessidades e objetivos da família, nem todas vinculadas à renda da unidade produtiva (ABRAMOVAY, 1988).

O Artigo 4º da lei nº 4504, de 30 de novembro de 1964, no inciso II do Estatuto da Terra, define a “Propriedade Familiar” como:

O imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros.

Da tabulação especial do Censo Agropecuário de 1995/96 - IBGE, Bittencourt (1999) demonstrou que no Centro-Oeste ocorre a menor participação da Agricultura Familiar entre as regiões do país sendo responsável por apenas 16,3% do Valor Bruto da Produção

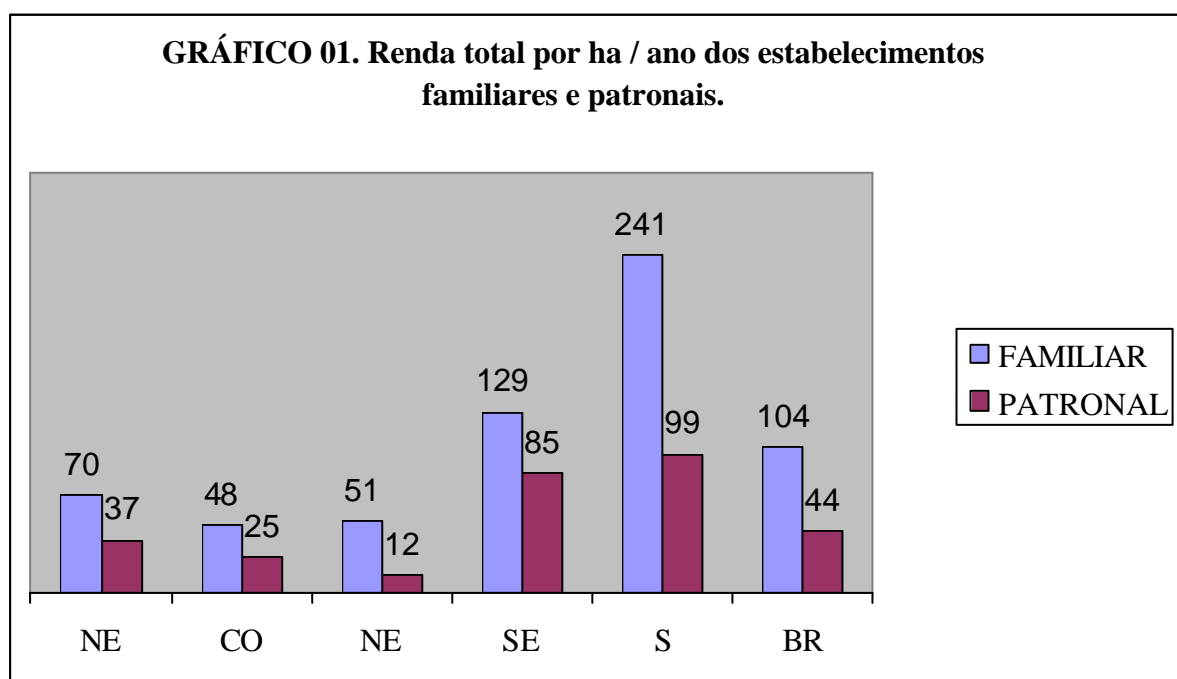
Agropecuária (VBP), conforme demonstrado na tabela 03. No Mato Grosso do Sul: representa 12,0 % do VBT, ocupa 6,7 % da área total e possui 54,2% dos estabelecimentos agropecuários do Estado.

Tabela 03: Agricultores Familiares – Estabelecimentos e percentuais de estabelecimentos, área e valor bruto da produção agropecuária (VBP), segundo as grandes regiões.

REGIÃO	Núm. de Estab.	% Estab.	% Área	% VBP
	Familiares	s/total	s/total	s/total
Nordeste	2.055.157	88,3	43,5	43,0
Centro-Oeste	162.062	66,8	12,6	16,3
Norte	380.895	85,4	37,5	58,3
Sudeste	633.620	75,3	29,2	24,4
Sul	907.635	90,5	43,8	57,1
BRASIL	4.139.369	85,2	30,5	37,9

Fonte: Bittencourt, 1999.

Bittencourt (op. cit.: 30-31) ao comparar a Renda Total por hectare demonstra que a “Agricultura Familiar é muito mais eficiente que a patronal, produzindo uma média de R\$ 104/ha/ano contra apenas R\$ 44/ha/ano dos agricultores patronais” (gráfico 01).



Fonte: Fonte: Bittencourt, 1999.

Outro tema importante, abordado por Bottencourt (op. cit.:31), é o acesso à tecnologia: “Entre os agricultores familiares, apenas 16,7% utilizam assistência técnica, contra 43,5% entre os patronais. Entre os familiares esse percentual varia de 2,7% na região Nordeste a 47,2% na região Sul”, (tabela 04). Constata-se que nas regiões onde a Agricultura Familiar tem maior acesso à assistência técnica a renda (R\$) por hectare/ano é maior.

Tabela 04 Agricultores Familiares – Acesso á tecnologia e à assistência técnica

REGIÃO	Utiliza Assist. Técnica	Usa energia Elétrica	Uso de força nos trabalhos			Faz Conserv. Do solo
			Só Animal	Só mecânica ou mecân. + animal	Manual	
Nordeste	2,7	18,7	20,6	18,2	61,1	6,3
C. Oeste	24,9	45,3	12,8	39,8	47,3	13,1
Norte	5,7	9,3	9,3	3,7	87,1	0,7
Sudeste	22,7	56,2	19,0	38,7	42,2	24,3
Sul	47,2	73,5	37,2	48,4	14,3	44,9
BRASIL	16,7	36,6	22,7	27,5	49,8	17,3

Fonte: Bittencourt, 1999.

O rural não pode ser visto como um território em que são apenas desenvolvidas atividades agrícolas. O desenvolvimento rural não ocorre isoladamente, mas sim com o urbano. Veiga (2000) afirma que regiões onde existe Agricultura Familiar consolidada e integrada aos processos de industrialização têm-se conseguido estabelecer um processo de desenvolvimento mais sustentável. A predominância da Agricultura Familiar, consolidada e diversificada dinamiza a região, porque há um grande mercado interno consumidor e de oferta de matérias primas e de mão-de-obra para a indústria local.

Território: etimologicamente pode ser descrito como **terra + torium** (apropriação) parcela do espaço terrestre identificada pela apropriação de um grupo, comunidade ou sociedade ².

² Informação obtida na aula sobre “Territorialidade”, Mestrado em Desenvolvimento Local, Prof.^a Dr^a Cleonice Alexandre Le Bourlegat, UCDB, em abril de 2003.

O território, segundo Abramovay (2000), não é apenas a base física mas também são as relações entre as pessoas e empresas. São as relações com raízes históricas, culturais, políticas e identidades que têm influência nos processos de desenvolvimento econômico e que ainda são pouco conhecidas.

O fortalecimento da Agricultura Familiar e de atividades não agrícolas descentralizadas é uma estratégia fundamental para o fortalecimento de uma economia dinâmica nas regiões agrícolas e também para o fortalecimento do capital social no campo, através de redes de associações e cooperativa (ABRAMOVAY, op. cit).

Porém a Agricultura Familiar não está conseguindo mais se reproduzir como há 30 anos atrás:

Os padrões sucessórios dominantes na agricultura familiar são hoje uma ameaça ao seu próprio desenvolvimento e, conseqüentemente, à integridade do tecido social que responde pela ocupação de parte significativa do território brasileiro. Até vinte ou trinta anos atrás, os jovens do meio rural obedeciam às regras que formaram os destinos de seus pais e permaneciam no campo, seja na propriedade paterna, seja em busca de mais terra na fronteira agrícola (BÚRIGO, et al., 1999: 16).

O assistencialismo e o clientelismo dão conotação de sociedade desorganizada, aprofundando cada vez mais a desarticulação das capacidades organizativas. Para Putnam (1996: 154), “[...] a diferença fundamental não é entre a existência e a inexistência de vínculos sociais, mas entre os vínculos horizontais de solidariedade mútua e os vínculos verticais de dependência e exploração”. Ainda Putnam (1996), relata que, para um bom desempenho, uma instituição democrática tem que ser ao mesmo tempo sensível e eficaz: sensível às demandas de seu eleitorado e eficaz na utilização de recursos limitados para atender a essas demandas.

Agricultura sustentável

Segundo Almeida (1997), no Brasil a agricultura sustentável inicialmente estava ligada às tecnologias “alternativas” , como argumento contrário ao “pacote tecnológico” da agricultura “convencional”, buscando difundir tecnologias mais apropriadas aos pequenos agricultores.

Almeida (op. cit) argumenta que para o Centro de Tecnologias Alternativas Populares CETAP, a Agricultura Sustentável é aquela que está voltada para a produção de alimentos saudáveis para a população, com base em sistemas diversificados que restaurem as condições ecológicas da população encarando os sistemas agrários como ecossistemas cultivados, cuja reprodução ecológica e social deve balizar os métodos de exploração econômica.

Altieri (2000) a estratégia seria neutralizar ou minimizar os efeitos das perturbações do homem (antrópicas) no ambiente. Para esse autor, as perturbações e redução interferem:

- a) na capacidade homeostática, concernente tanto aos mecanismos de controle de praga como aos processos de reciclagem de nutrientes;
- b) na capacidade “evolutiva” dos sistemas, em função da erosão ou da homogeneização genética provocada pelas monoculturas;
- c) na disponibilidade e qualidade de recursos que atendam às necessidades básicas (acesso à terra, água, etc.); e
- d) na capacidade de utilização adequada dos recursos disponíveis, principalmente devido ao emprego de tecnologias impróprias.

O ser humano está perdendo a consciência ecológica, perdendo a noção da realidade da vida, dos semelhantes. Não é difícil perceber quão longe ficaram os atos de cooperação: quando não faltam fatos que comprovam isso, como o de se chegar a matar seus semelhantes. Na natureza, no mundo animal, a agressão raramente chega ao propósito de matar, normalmente o perdedor aceita a derrota. O homem parece considerar-se como apenas um apêndice da natureza, e não como um ser natural, inserido em um complexo sistema do qual depende sua sobrevivência.

Pressões da sociedade geraram encontros internacionais para discutir a degradação nos diversos locais do planeta e as conseqüências globais. O mundo passou a ser visto como um todo, e as decisões compartilhadas (quadro 1).

QUADRO I ACUMULAÇÃO TEÓRICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

EVENTO	DESCOBERTA	NATUREZA
Conferência de Estocolmo (1972)	As sociedades avançadas descobrem a existência de um só mundo (E o Inca Garcilaso)	Um primeiro aviso da deterioração ambiental
Trabalhos do Clube de Roma (1972 – 1974)	É impossível o crescimento infinito com recursos finitos (Metodologia de interrelações sinérgicas e anti-sinérgicas)	Primeiros estudos oficiais sobre a deterioração ambiental relatórios (1º e 2º) fundamentação empírica
Relatório Global Ano 2000 (1980) a cargo do presidente Carter	Ameaça de sobrevivência da vida humana sobre o planeta (não é extensível a todo o mundo o estilo de vida do Norte)	Primeiro diagnóstico sobre a deterioração ambiental da Biosfera
Relatório Brundtland (1987) Comissão Mundial de Meio Ambiente e do Desenvolvimento	Definição Oficial do conceito de Desenvolvimento Sustentável	Primeira discussão do método para encarar a crise ecológica.
Conferência do Rio (1992)	Carta da Terra..... (Agenda 21:27 pontos) Carta Climática..... (Convênio Climático)	Código de comportamento a ser seguido no século 21 Encarar alterações do meio como consequência da mudança climática.
Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento	Convênio da Biodiversidade...	Atuar em relação à ocupação crescente pela espécie humana dos <i>habitats</i> de outras espécies.

Fontes:

1 – Guzmán e Mielgo 1994. Trábalo apresentado no Foro Alternativo: Las otras voces del Planeta. Encontro Mundial de Movimentos Sociais e ONGs, em resposta ao 50º Aniversário da criação do FMI (Fundo Munetário Internacional), BM (Banco Mundial) e GATT³ (Acordo Geral sobre Tarifas e Comercio) , Madrid, 26/9/ a 1/10 de 1994;

1 – Migelo e Guzmán, 1995. p. 91 – 119.

³ GATT substituído pela OMC.

Almeida & Navarro (1997: 50) argumentam que o desenvolvimento sustentável,

[...], concebido a partir do ponto de vista econômico, atrelado ao mercado, deixa alguns questionamentos, como fica a lógica perversa (predatória) do mercado, ou quem assume as conseqüências sociais desses custos adicionais? O “mercado verde” seria capaz de diminuir as desigualdades sociais ou privilegiaria apenas os mais abastados.

Como inverter então a premissa “econômica” que fundamenta o processo de desenvolvimento social, por exemplo. O desenvolvimento social não pode ser instituído somente a partir das premissas do “economismo”, o campo social deve ser planejado a partir de outras premissas de desenvolvimento.

Com a perda da visão sistêmica, a natureza passa a ser considerada como mercadoria que está aí para ser explorada e privatizada. O acesso à natureza fica cada vez mais restrito às pessoas, mas não aos grupos com interesses externos à natureza. O espaço passa a ser disputado por interesses contrários, gerando desigualdades sociais, desequilíbrios ecológicos, instabilidade econômica local e degradação cultural a longo prazo.

Agricultura sustentável é aquela baseada nos princípios da Agroecologia, que não ignore as especificidades ecológicas do território local, produzindo a partir das potencialidades locais para as pessoas do lugar, ou seja, sustentada em novos princípios, como os apresentados por Capra (1999: 25):

O novo paradigma pode ser chamado de uma visão de mundo holística, que concebe o mundo como um todo integrado, não como uma coleção de partes dissociadas. Pode também ser denominado visão ecológica, se o termo “ecológica” for empregado num sentido muito mais amplo e mais profundo que o usual. A percepção ecológica profunda reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedades, estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza (e, em última análise, somos dependentes desses processos).

Outro conceito bastante utilizado no Brasil, pelas ONGs, é o da definição dada pelo “Alternative Treaty on Sustainable Agriculture”, como sendo:

Um modelo social e econômico de organização baseado na visão equitativa e participativa do desenvolvimento e dos recursos naturais, como fundamentos para a atividade econômica. A agricultura é sustentável quando ela é ecologicamente bem fundada, economicamente viável, socialmente justa,

culturalmente apropriada e baseada na abordagem holística (ALMEIDA, op. cit.: 48).

O desafio do desenvolvimento das pequenas propriedades é que a produção agrícola exige alterações no ecossistema e utilização dos recursos, enquanto que a proteção ambiental requer níveis aceitáveis de conservação desses recursos. Esse equilíbrio deve ser alcançado em um contexto de superação da pobreza rural. Assim, o monitoramento da produtividade, da integridade ecológica da produção de alimentos e do controle da qualidade do solo ou da água. Deve incluir, além disso, os níveis de segurança alimentar, fortalecimento social, potencial econômico e independência ou autonomia dos camponeses (ALTIERI, 2000: 57).

Para manter a sustentabilidade ecológica, e não apenas a produtividade, ou seja, uma visão de curto prazo, Altieri (op. cit) preconiza que se deve manter alta relação entre saídas e entradas de energia; atentar às perdas de nutrientes por lixiviação, erosão, escoamento superficial, com melhoras contínuas de fertilidade do solo, com uso de leguminosas, compostos, húmus, etc; implementou e incentivar a produção local de culturas que tradicionalmente fizeram parte do consumidor; que a atividade seja economicamente viável sem prejudicar os recursos naturais e preocupar-se com a redução contínua dos custos, potencializando os sistemas produtivos das pequenas e médias unidades de produção.

Atualmente existem diversas correntes e tendências da agricultura sustentável, sendo as principais: Orgânica, Biodinâmica, Natural, Permacultura, Agroecologia (Alternativa), Nasseirana. No entanto, todas se baseiam na eliminação de uso de insumos agrícolas sintéticos e da dependência do comércio e da indústria, que além de contaminar o ambiente e o alimento, aumentam os custos de produção.

O relatório da WWF (2002) apresenta dados científicos indicando que o planeta vem utilizando o equivalente a 13,7 bilhões de hectares para produzir grãos, carne e derivados, peixes e crustáceos, quando 11,4 bilhões de hectares de terra e espaço marinho produtivos seriam suficientes para atender às demandas das 6 bilhões de pessoas do planeta, ou seja, os padrões de consumo superam a capacidade de reposição da natureza em 20%. Se nada for feito até 2030, poderá ocorrer queda drástica na qualidade de vida e no produto da economia mundial.

Ainda segundo esse mesmo relatório a humanidade usa, em média, uma área de 2,3 hectares para atender à demanda por alimento, energia e outras necessidades, enquanto a capacidade do planeta é de apenas 1,9 hectare. Exemplos que estão acima da capacidade de uso do planeta: a Europa Ocidental necessita de 5,0 hectares e os norte-americanos 9,6 hectares por pessoa. O Brasil analisado por categoria, aparece com a pior colocação no quesito pastagens, ficando em 7º dentre 146 países, ou seja, estamos entre os setes piores do mundo.

Aqui, há condições muito mais favoráveis em produzir pasto, porém não se consegue transformar essas vantagens em produção de alimento para o homem WWF-Brasil (2002). No Centro-Oeste Brasileiro mais de 80% das pastagens sofrem de algum tipo de degradação, aproximadamente 40 milhões de hectares, pelo manejo inadequado dos pastos (EMBRAPA, 2004).

A atividade leiteira no Estado de Mato Grosso do Sul, tem sido sempre considerada polêmica por auferir baixos retornos econômicos, pela sazonalidade, manejos de pastagens inadequados, rebanho de dupla aptidão (para produção de carne e leite), desarticulação da cadeia, principalmente na base. Porém, não deixa de ser a principal fonte de renda da grande maioria das famílias assentadas do Estado.

Países como a Nova Zelândia possui a pecuária mais avançada do mundo, praticada pela Agricultura Familiar, com alto grau de instrução e com elevados índices zootécnicos proporcionados por um manejo das suas pastagens, baseado nas quatro leis universais do pastoreio racional enunciadas por André Voisin: a) Lei do repouso, para que o pasto cortado pelo dente do animal possa dar sua máxima produtividade, é necessário que entre dois cortes consecutivos haja passado um tempo que permita ao pasto, armazenar em suas raízes as reservas necessárias para um começo de rebrote vigoroso e realizar sua "labareda de crescimento" ou grande produção diária de massa verde; b) Lei da Ocupação, o tempo global de ocupação de um piquete deve ser suficientemente curto de modo a que um pasto cortado no primeiro dia de ocupação não seja cortado de novo antes que os animais deixem a parcela; c) Lei da Ajuda, é preciso ajudar os animais de exigências nutricionais mais elevadas para que possam colher a maior quantidade de pasto e que este seja da melhor qualidade possível e; d) Lei dos Rendimentos Regulares, para que um bovino possa dar rendimentos regulares, é necessário que não permaneça mais do que três dias em uma mesma

parcela. Os rendimentos serão máximos se o bovino não permanecer mais de um dia na mesma parcela (SÓRIO JÚNIOR, 2001).

A comunidade científica manifesta certa preocupação sobre a sustentabilidade dos sistemas de produção na região do Centro-Oeste. Segundo a EMBRAPA (2004), a atividade nesta região tem evoluído de modelo tradicional de produção para outro mais competitivo, exigindo das instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, agência de fomento e de assistência técnica e extensão rural soluções visando aumentos da produção e custos decrescentes e em bases sustentáveis.

Nas últimas décadas, vimos surgirem modelos alternativos de desenvolvimento, sustentados em princípios de maior equilíbrio social com distribuição de renda mais justa, segurança alimentar, preservação do meio ambiente, serviços sociais básicos de saúde e educação (ABRAMOVAY, op. cit.: 03).

[...]o capital social, não é uma entidade singular, mas uma variedade de diferentes entidades que possuem duas características em comum: consistem em algum aspecto de uma estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que estão no interior desta estrutura.

1.4 DESENVOLVIMENTO LOCAL RURAL

Inicialmente é necessário diferenciar desenvolvimento de crescimento, freqüentemente utilizados e muitas vezes confundidos enfatiza a importância da distinção, Abramoway (op. cit.) também preconiza que o desenvolvimento rural não se reduz apenas ao crescimento agrícola, ou seja, apenas às potencialidades de sua expansão.

Etimologicamente o termo desenvolvimento (ÁVILA et al., 2000, apud PAULITSH: 33-34), assim define:

o termo desenvolvimento provém do verbo *desenvolver*, formado pela junção de três outros vocábulos: des [do prefixo latino dis-, expressando “[...] coisa (ou ação) contrária àquela que é expressa pelo termo primitivo [...]”] + em [significando em grego “[...] posição interior, movimento para dentro [...]”] + *volver* (*virar, voltar, dirigir*). Ajuntando *en* + *volver* forma-se o termo primitivo *envolver* com o sentido de *virar, voltar, dirigir para dentro* ou, segundo BORBA (1991) *enrolar, embrulhar, cingir*. Ora, se se

adicionar *des* a *envolver*, da mesma forma que *des+cobrir* significa etimologicamente *tirar-o-que-cobre*, a idéia que o resultante termo *desenvolver* nos enseja, em se tratando de pessoas, é a do rompimento das amarras que as prendem –*enrolam, embrulham, cingem*– em seus *status quo*, aqueles histórica e tradicionalmente já entranhados em suas maneiras de agir, a fim de que se orientem para novas maneiras de evolução com equilíbrio e progresso, implicando “[...] *transformação global*” [...].

A extensão rural no Brasil historicamente assume metodologias de transferência de tecnologias visando o desenvolvimento do meio, porém, nem sempre condizentes com os conceitos de desenvolvimento local. Não faltam exemplos de que quando cessava a intervenção externa a determinadas comunidades-localidades, estas regrediam às formas anteriores, devido ao caráter paternalista e assistencialista contidas nas ações de levar tecnologias. Assunto já apresentado no item da Extensão rural no Brasil. Porém Ávila (2003), procurou diferenciar melhor Desenvolvimento *No Local (DNL)* de Desenvolvimento *Para o Local (DPL)*:

Desenvolvimento NO Local (DnL)” se refere a um empreendimento ou iniciativa a que se atribui a qualificação “de desenvolvimento”, por gerar emprego e expectativa de arrecadação de impostos e circulação de bens e dinheiro, mas que, em verdade, tem o *local* apenas como sede física. Só fica no *local* enquanto o lucro compensa. No momento que a lucratividade baixa, ou quebra –empresarialmente falando– ou vai embora, deixando à comunidade-localidade seus destroços fantasmas, por vezes muitos e graves problemas ambientais e, principalmente, enorme frustração na população.

“Desenvolvimento PARA O Local (DpL)” se refere à idéia de “desenvolvimento” que, *além de se situar no local* como sede física, gera atividades e efeitos benéficos às comunidades e ao ecossistemas locais, mas à maneira *bumerangue*: brota das instâncias promotoras, vai aos locais-comunidades, mas volta às instâncias promotoras em termos de consecução mais de suas próprias finalidades institucionais (as das instâncias promotoras, evidentemente) que do real, endógeno e permanente desenvolvimento das comunidades-localidades visadas.

Em esmagadora maioria, os programas, projetos e atividades desenvolvimentistas realizados ou propostos (com explícitos ou implícitos objetivos de melhorias de comunidades-localidades) por organismos internacionais e nacionais, públicos e privados, têm-se conotado com “Desenvolvimento PARA O Local (DPL)”, bem como os de caráter político-eleitoral, assistencialista, promocionalista e filantrópico [...].

Vários estudiosos definiram Desenvolvimento Local, porém, o que poderia ser eleito para o presente caso é o de Ávila et. al. (2000: 68 - 69):

O efetivo desabrochamento – a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seus status quo de vida – das capacidades, competências e habilidades de uma “ comunidade definida (portanto com interesses comuns e situada em [...] espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica), no sentido de ela mesma mediante ativa colaboração de agentes externos e internos – incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro daqueles que se lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios – ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade, assim como a “metabolização” comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidade e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito.

Desenvolvimento Local, portanto, pode ser interpretado como no caso de uma comunidade-localidade que consegue apropriar-se dos benefícios gerados em seu meio através dos processos por ela geridos, a partir de suas potencialidades. É endógeno, porque resulta da capacidade de mobilização das suas forças sociais, da interação com o meio externo, onde os atores locais são sujeitos da sua história, gerando mais capacidades, competências e habilidades, ampliando sua autonomia⁴. Ademais, “[...] o desenvolvimento local deve ser medido não em termos de aumento de capital, mas sim à medida que reduz a dependência das comunidades locais e promove a melhoria da qualidade de vida” (MARTIN, 1999: 3).

O desenvolvimento humano não pode ser medido apenas pelos aspectos quantitativos, como renda, educação e saúde, mas também por indicadores qualitativos como liberdade, autonomia, segurança alimentar, justiça, organização social e política, importantes para desencadear um processo de promover o progresso da vida e do bem-estar das pessoas, com respeito às culturas e ao meio ambiente.

Desenvolvimento Local é ainda:

Um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos, capaz de promover a dinâmica econômica e melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local,

⁴ Informação obtida na aula Teoria do Desenvolvimento Local, Prof. Ph.D. Vicente F. Ávila, em Outubro de 2002.

resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas (BUARQUE, 1999, p.23).

O desenvolvimento local abrange em sua essência teorias-conceitos como as de local, território, capital social, participação, desenvolvimento sustentável, o enfrentamento coletivo dos problemas, que possibilitando a igualdade de opções às pessoas de uma determinada comunidade-localidade, devendo para isso haver a interação de dinâmicas exógenas e endógenas.

Ávila et al., (2000: 84), apontam razões de o Desenvolvimento Local não ser de caráter unicamente endógeno, ou seja, devendo haver interações de dinâmicas exógenas e endógenas. O desenvolvimento de uma comunidade-localidade “[...] não se caracteriza nem como ‘descentralizado’ (‘com autonomia’ em relação ao centro a que se vincula) e nem ‘centralizado’ (‘sem autonomia’ em relação ao centro a que se vincula), mas, sim, como ‘centrada’, ou seja, ‘localizado no centro’ das próprias comunidades-localidades [...].

Paiva (1980), ao analisar o pensamento de Paulo Freire sobre o nacionalismo-desenvolvimentista, entende que o desenvolvimento não se daria espontaneamente, mas seria impulsionado por fatores ideológicos. A realidade social, econômica, cultural, ecológica, etc., quando devidamente analisada de forma participativa, tende a transformar as idéias em ações conscientes que comandam o desdobramento das informações que ocorrem na realidade. As pessoas reconhecem suas ideologias como o autêntico pensamento que exprime o seu projeto de existência.

Paulitsh (2002: 50), sobre mobilização e participação nas transformações sociais, afirma, que no momento em que não assumirmos a realidade em que vivemos e não nos comprometermos em ajudar a transformá-la, transferimos para outros a possibilidade de agir : “É não assumirmos nosso destino, não nos sentimos responsáveis por ele, porque não sentimos capazes de alterá-lo. A atitude decorrente dessa visão é sempre de fatalismo ou de subserviência, nunca uma atitude transformadora”.

Para se iniciar um processo de Desenvolvimento Local há necessidade de se descentralizar em capacidades e competências, que Ávila et al. (2000:86-87) denominam como eixos fundamentais:

O eixo das capacidades diz respeito à interiorização de saberes no nível das comunidades-locais: saber motivar, saber liderar, saber organizar relacionar (interna e externamente), saber diagnosticar (sobretudo potencialidades e condições internas e externas), saber discernir, saber comparar, saber decidir, saber priorizar, saber programar, saber agir, saber administrar, saber avaliar, [...].

Em torno do eixo das competências gravitam duas categorias de descentralizações, a que concerne à interiorização do saber-fazer ou domínio técnico de operacionalização dos saberes, supra referidos, no seio das próprias comunidades-localidades e o que diz respeito à explicitação jurisdicional no sentido de cada comunidade-localidade de fato poder-fazer-o-que-sabe, evidentemente nos limites do desenvolvimento local em seus espaços e território [...].

O Desenvolvimento Rural não mais se restringe unicamente às atividades realacionadas ao agrossilvopastoris. Paulitsch (2002:57) assim se refere ao Desenvolvimento Local e à pluralidade no viés rural:

[...] toma importância nos municípios com cultura rural, à medida em que o mundo rural não pode mais ser pensado apenas como um lugar de produção de mercadorias agrícolas. Como novos produtos, a oferta de ar e água de qualidade, turismo, lazer, bens de saúde, possibilidade de combinar postos de trabalho agrícolas com pequenas médias empresas das áreas de serviço e transformação.

O desenvolvimento rural vem sendo repensado com enfoque no capital social, caracterizado como uma espécie de força social capaz de interagir nos processos de desenvolvimento, ou seja, são recursos como confiança, relacionamento horizontal entre as pessoas, roças comunitárias, etc... (ABRAMOVAY op. cit.).

Casarotto Filho e Pires (1998) afirmam que para superar determinados limites deve haver um consenso, uma espécie de “pacto territorial” que contemple os seguintes requisitos: mobilizar os atores em torno de uma “idéia guia”; contar com o apoio destes atores não apenas na execução, mas na própria elaboração do projeto; definir um projeto que seja orientado ao desenvolvimento das atividades de um território; realizar o projeto em um tempo definido e criar uma entidade gerenciadora que expresse a unidade entre os protagonistas do pacto territorial.

Nem sempre as condições naturais como clima, solo, relevo, são fatores limitantes para desencadear um processo de desenvolvimento; não faltam exemplos em que estes fatores foram superados pela capacidade de organização local (BITTENCOURT et al. 1999).

A tendência é de as pessoas se apropriarem daquilo que as identifica e é da apropriação que ocorre a transformação do lugar. O desenvolvimento humano é fortalecido quando as comunidades se sentem apoiadas em suas próprias iniciativas. Ocorre o contrário quando as iniciativas locais são desconsideradas⁵.

O sentimento de pertença ao lugar é caracterizado por uma relação afetiva com o espaço organizado, onde as pessoas se identificam como sendo parte do meio. Um espaço torna-se o lugar, através da apropriação, onde o sentido de lugar ocorre quando há uma apropriação do espaço e tende a personalizá-lo, identificado como seu, sentindo-se pertencente àquele lugar⁶.

Para Santos e Silveira (2001), o lugar deveria ser definido como tendo um referencial sob a ótica do momento histórico “visto de fora” e outro “de dentro”, como volume tecnológico, presente naquele território, de informações que chegam no local, e suas capacidades de serem metodizadas, e das leis e normas que regem o lugar. A forma com que o homem se apropria do espaço é reflexo da capacidade de percepção do mundo. É através do corpo que o homem habita, se reproduz e se apropria do espaço. No lugar são definidas as formas de pensar, viver, enfim, onde são formulados os problemas e soluções.

Para fazer frente à globalização perversa, há necessidade de entender como funciona o sistema, na sua essência. Primeiro para o sistema sobreviver é necessário que tenha capacidade intrínseca em gerar novos espaços, produtivos. Nesta ótica, o Brasil é eleito como um dos (locais) lugares para produzir a baixo custo, para que as empresas possam competir melhor no mercado. Nestes locais, é necessário haver (predisposição) situações favoráveis para a perversidade, como liberdade sem controle, governos corruptos e corruptíveis, abundância de mão-de-obra barata, recursos naturais, matérias-primas e possibilidade de

⁵ Informação obtida na aula Teoria do Desenvolvimento Local, UCDB, ministrada pela Prof.º Dr. Sérgio R. O. Martins, em setembro de 2002.

⁶ Informação obtida na aula Teoria do Desenvolvimento Local, UCDB, ministrada pela Prof.º Dr. Sérgio R. O. Martins em setembro de 2002.

produção de tecnologias de ponta a baixo custo (plásticos, ligas metálicas, cerâmicas avançadas), ou seja, ocorre a materialização vulgar do espaço, em detrimento da sociedade em que todos nós estamos inseridos (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

A diversificação econômica pode estar relacionada pluralidades da origem das famílias ali assentadas. Todos os assentados trazem seus traços culturais, e esta pode ser uma espécie de mola propulsora do dinamismo técnico-econômico, ambiental, social, cultural e espacial do meio, portanto, do patrimônio familiar.

Os espaços agrícolas e industriais estão sendo cada vez mais globalizados, inseridos numa cadeia produtiva global, organizada a partir de relações produtivas cada vez mais distantes do local e que acabam influenciando o modo de viver e pensar, dos atores locais. Uma vez instaladas, criam ali uma ordem para seus interesses, gerando uma desordem para as cadeias produtivas locais. Algumas empresas locais podem até chegar a se beneficiarem, outras são obrigadas a abandonar ou inovar (SANTOS e SILVEIRA, op. cit.).

Com a globalização, o país torna-se cada vez mais periférico. O modelo econômico incidente sobre o território é cada vez menos dependente do estado. Novas desigualdades territoriais surgem, também exigindo novas classificações. As diferenciações territoriais podem surgir de características intrínsecas de cada lugar. Um lugar pode ser caracterizado como espaços da rapidez por possuir: maior número de vias, mais veículos privados, de mais transportes públicos; socialmente por maior interação econômica sócio-cultural; e, por último, um espaço pode diferenciar-se por ser um território de circulação. Como existem espaços com maior densidade técnica e informacionais, ficam mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização (SANTOS e SILVEIRA, op. cit.).

1.5 REFORMA AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS RURAIS

O modelo de colonização do país começa a dar sinais de superação. As cidades enfrentam problemas de todo tipo, verdadeiros inchaços. Os trabalhadores rurais, imaginando que iriam encontrar nas cidades a solução para seus problemas, mas viram suas expectativas frustradas. Diante disso, os pequenos agricultores e seus filhos, agricultores sem terra, meeiros e peões começaram a se organizar, iniciando uma série de pressões sobre os órgãos

governamentais e fazendo de ressurgir dos movimentos sociais, principalmente os ligados ao meio rural.

Para Cardim et al. (2004: 02), ao analisar as conseqüências do modelo de desenvolvimento nos anos 80, e justificando a necessidade da reforma agrária no Brasil, assim se reporta:

Neste processo de desenvolvimento, não foi previsto um espaço para a incorporação da pequena e da média propriedade que, sem qualquer diretriz de política econômica a seu favor, sofreram um processo de espoliação maior do que o normal, pois, excluídos de crédito e de comercialização, se fragilizaram, dando origem ao grande êxodo rural ocorrido nas décadas de 70 e 80, após a consolidação deste modelo.

O problema fundiário, mantido pela modernização conservadora, foi, à época, agravado pelo incentivo a especulação fundiária (Fundo 157, Contrato de Alienação de Terras Públicas-CATP) incentivada pelo mesmo governo que modernizou a grande propriedade, só que agora, em dimensões capitalistas em ambos os sentidos ou seja, grandes extensões, para grandes grupos econômicos, que sem vinculação com a atividade rural, ocuparam a ex-futura fronteira agrícola das regiões Norte e Centro - Oeste.

[...]. Tornou-se consenso que, o modelo modernizador-conservador evidenciou a não necessidade da reforma agrária, para o desenvolvimento da agricultura. Isto é, parcialmente, verdadeiro. Obviamente que, para os grandes produtores, isto foi uma verdade incontestável. Mas, hoje, os assistimos a clamar não mais por algum incentivo público, mas, dramaticamente, pelo perdão das dívidas. Para o país, como um todo, a contabilidade está a indicar um sinal negativo.

Predomina uma espécie de mito de que a agricultura patronal é mais eficiente. Segundo Veiga (2000), um dia a sociedade brasileira acabará entendendo que mesmo essa duvidosa eficiência alocativa nem de longe compensa sua absurda ineficiência distributiva. É preciso superar a idéia de que as desigualdades não dificultam o crescimento econômico.

Em 1979, ressurgiram as ocupações de latifúndios privados e estatais no sul do Brasil. Inicialmente, com as 340 famílias expulsas pelos índios Kaingang da reserva de Nonoai, que ocuparam as fazendas Macali e Brilhante, em Ronda Alta. No ano de 1980, aconteceu o acampamento da Encruzilhada Natalino (Ronda Alta), fato que marcou muito a opinião pública do país. Os órgãos governamentais perceberam a insustentabilidade da situação e em 1985 o governo lançou o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Para Blumer (1939), os movimentos sociais podem ser considerados como empreendimentos coletivos, para o estabelecimento de uma nova configuração de vida, tendo raízes num estado de inquietação social e derivam, de um lado, da insatisfação com a atual forma de vida e, de outro lado, desejos e esperanças de um novo modo ou um novo sistema de vida.

A emergência dos movimentos sociais na década de 1970/80 foi viabilizada, principalmente, por uma articulação mais orgânica das classes populares que se expressam nas suas organizações: “Neste período, sob a ação também do campo democrático popular, há um alargamento substantivo da sociedade civil brasileira; constituem-se como sujeitos políticos e passam a se expressar na cena pública de forma autônoma e falando por si mesmos” (PALUDO, 2001: 46).

No Estado de Mato Grosso do Sul, a reforma agrária, pós-regime militar, teve como marco a ocupação da fazenda Santa Idalina por, aproximadamente, 920 famílias, em 28.04.1984, hoje município de Novo Horizonte do Sul. A solução encontrada pelo órgão público foi a desapropriação da fazenda Padroeira do Brasil, em 1984/85, no município de Nioaque, onde foi assentada grande parte das famílias. Atualmente existem 114 projetos de assentamentos rurais, 473.983 hectares com 17.041 famílias assentadas no estado, segundo o INCRA 2004⁷.

Os assentamentos surgem através da “[...] lógica de intervenção pontual sobre situações de conflito, segundo sua gravidade/ou a importância e capacidade de se fazer valer dos diferentes interesses envolvidos nas desapropriações” (LEITE, 2000: 42). O que explica em parte, as deficiências nos assentamentos nas diversas áreas como infra-estrutura, assistência técnica, saúde e principalmente educacional.

⁷ Informação obtida pessoalmente com o Superintendente regional do INCRA, Luiz Bonelli, Campo Grande, 2004, em agosto de 2004.

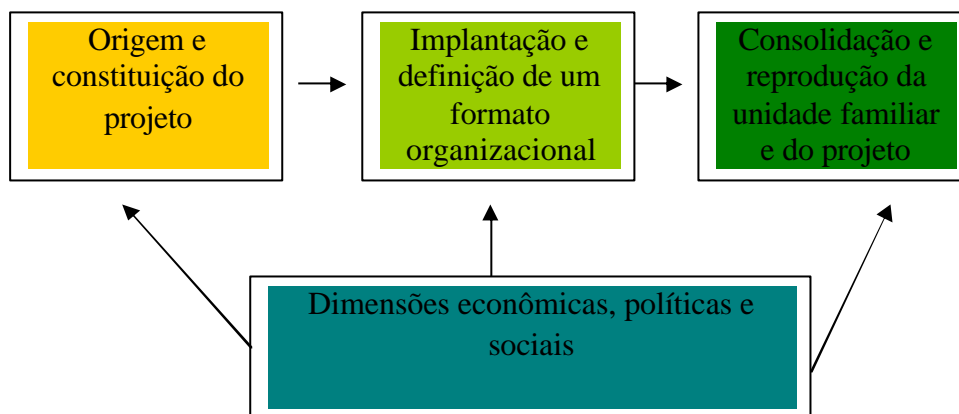


Figura 1 Fases da instalação do assentamento.

Fonte: Leite 2000, adaptado pelo mestrando

Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) do Mato Grosso do Sul comprovam que, entre 1985 e 1996, desapareceram 6.743 estabelecimentos com menos de 100 ha e, aproximadamente, 13.000 famílias foram excluídas do processo produtivo; no mesmo período, o INCRA/TERRASSUL assentou apenas 6.925 famílias (ROEL, 2001).

A política fundiária não pode apenas resumir-se em programas de assentamento. Da forma que vem sendo realizada, o efeito sobre a distribuição das terras no país é pouco significativo. Mesmo assentando mais famílias que deixam a atividade (20 a 30 mil por ano entre 1992 a 1995), o impacto é pouco sobre os 300 milhões de ha detidos por 500 mil fazendeiros e aos 95 milhões de ha em posse das 3,7 milhões de famílias que trabalham em regime familiar (VEIGA, 2000):

Ao analisar a dinâmica agrícola dos países desenvolvidos, Mazoyer & Roudart enfatizam que todos eles foram levados a adotar políticas de sustentação de preços que impediam reduções abruptas da renda média dos agricultores e, ao mesmo tempo, políticas visando a uma aceleração da chamada modernização: organização da comercialização; crédito com taxas de juros favorecidos; aumento dos prazos de arrendamento; renovação de sistemas de pesquisa intimamente relacionados com os correspondentes sistemas educacionais e correspondentes redes de experimentação-informação-e-vulgarização agropecuária; transferência a agricultores em processo de consolidação das terras liberadas pelos estabelecimentos cessantes ou em dificuldade, principalmente pelo incentivo à aposentadoria dos agricultores mais idosos; leis proibindo o acúmulo de mais terras por agricultores que já dispunham de área suficiente para o pleno emprego da mão-de-obra familiar; e vários mecanismos que impediam o acesso de

estabelecimentos pouco viáveis às subvenções e ao crédito barato. (VEIGA op. cit.: 24).

Os assentamentos geram impactos locais como: alteração demográfica, mercado de trabalho, aumento de arrecadação de impostos, quadro eleitoral, novas demandas, recursos oriundos de créditos que provocam dinamização nos mercados locais, através da compra de sementes, insumos agrícolas, materiais de construção, etc. (LEITE, 2000).

A diversificação econômica pode estar relacionada à pluralidade da origem das famílias ali assentadas. Todos os assentados trazem seus traços culturais, e estes podem ser uma espécie de mola propulsora do dinamismo técnico-econômico, ambiental, social, cultural e espacial do meio, portanto, ao patrimônio Familiar.

Segundo Bittencourt et al.(1999)⁸, um dos principais problemas nos assentamentos está na sua precária capacidade de articulação dos assentados com outros atores da região e sua estrita dependência dos poderes públicos federais. Ao contrário, as experiências bem sucedidas caracterizam-se sistematicamente pela ampliação do círculo de relações sociais dos assentados no plano político, econômico e social. Por mais que as condições naturais (solo, relevo, clima) sejam importantes na determinação do desempenho dos assentamentos, não são poucos os casos em que os limites físicos foram vencidos pela capacidade organizativa, ou seja, pela construção de uma rede de relações que possibilitou ampliar as possibilidades de valorização do trabalho dos assentados.

⁸ Informação obtida no curso de “Lideranças para o desenvolvimento territorial, SDT”, Prof. MSc. Medson Janner, UCDB, 2003.

CAPÍTULO 2

JUVENTUDE RURAL E AS EFA`s

2.1 A JUVENTUDE RURAL E CAPACITAÇÃO

Os jovens rurais querem ser reconhecidos enquanto uma categoria social que cumpre (seja trabalhando no campo ou nas cidades) um papel relevante para o desenvolvimento social. Não pretendem ser percebidos como pobres, atrasados, inferiores ou sem cultura e sem futuro. Querem que seu modo de ser e de viver seja reconhecido na sua especificidade e que a sociedade perceba o valor social de seu trabalho, de sua cultura, de suas vidas (LUZ, 2001: 05).

Veiga (2000) preconiza que existe no Brasil uma grande desigualdade em oportunidades educacionais, chegando a ser até seis vezes superior à dos Estados Unidos, por exemplo, e, também o Brasil seria um dos países com maior sensibilidade de renda no plano educacional do trabalhador. Estima-se que para cada ano adicional tende a elevar o nível de renda de um trabalhador em aproximadamente 15%.

Tanto na América Latina como no Brasil, fica na propriedade paterna aquele filho com menos vocação para o estudo. Os mais dinâmicos e empreendedores insistem em deixar claro que o caminho da migração é a alternativa para melhoria da qualidade de suas vidas (ABRAMOVAY et al, 1998).

Países que hoje fazem parte do Primeiro Mundo adotaram políticas que permitiram a regulação do êxodo rural. No Brasil, ações como a criação de Assentamentos e do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), apenas como justificativa para combater a pobreza rural, não significam modernização da economia. São importantes a ampliação e o aprofundamento dessas políticas (VEIGA, 2000).

A modernização agrícola deixou a Agricultura Familiar com poucas possibilidades técnicas, financeiras ou organizacionais, ficando vulneráveis às oscilações de preços, crédito e demanda e às novas formas organizacionais do trabalho. Neste contexto, a juventude rural percebe que há poucas ou nenhuma perspectiva em realizar seu projeto de vida no meio rural, muitas vezes saindo contra sua vontade.

No início do século surgiram os patronatos agrícolas, Escola Eliseu Maciel de Pelotas, Escola Luiz de Queiroz de Piracicaba, de Lavras, Escola de Agrônomos, Escola de Engenharia de Porto Alegre e de Viçosa, marcando o início do ensino profissionalizante na agricultura.

Porém, a reforma de 1971 acelerou o processo de desmantelamento do ensino profissional no país, onde praticamente desapareceram as escolas rurais de nível médio. Acentuou-se mais a centralização, distanciando-se cada vez mais da comunidade que deveria servir.

Para Furtado (2000: 58), “[...] a formação do novo profissional deve ser perseguida através da capacitação continuada, do acompanhamento de suas ações na prática profissional, para que seja capaz de entender e analisar a realidade, para que possa agir sobre ela de forma interativa”. Através de uma metodologia de trabalho que propicie a interação entre os atores da comunidade, utilizando mecanismos de reflexões sobre temas, trabalhos em grupos, leituras de textos teóricos, dinâmicas grupais que estimulem a integração abandonando o máximo possível instrumentais e metodologias convencionais e autoritárias.

Quanto à formação no meio rural, se for estritamente profissional e não estiver associada à permanente busca de oportunidades locais de desenvolvimento, o máximo que poderá acontecer é que a região se torne exportadora de mão-de-obra, um pouco melhor que a média (ABRAMOWAY, op. cit).

A capacitação técnica local não pode ser interpretada apenas como um instrumento de aumento de produção, mas que o agricultor reflita sobre os processos envolvidos, “visualizando” o conjunto de relações da capacitação que está sendo implementada. É um processo lento e gradual, constante e progressivo, interiorizando e “metabolizando” sua capacitação, em termos de competências e habilidades, libertando-se das amarras da dominação externa e aumentando sua auto-estima.

A questão de gênero é mais um fator preocupante da juventude rural. Estudos realizados por Mello et al. (2003: 22), em Santa Catarina, constataram que,

[..] atualmente há um relaxamento nas normas que vinculam a menina ao núcleo familiar. De certa forma, os pais incentivam a partida das filhas em direção à casa de conhecidos, na qualidade de domésticas, por exemplo. Anteriormente, elas só saíam para a casa do marido, que em geral era também um agricultor. Nesse sentido, o processo de saída das moças do campo faz parte do declínio do próprio caráter parcial que caracteriza tradicionalmente a família camponesa.

Movimentos sociais de mulheres, particularmente o MMC (Movimento das Mulheres Camponesas), que até 2003 era o MMTR (Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais), abordam muito bem temas cruciais ligados à sexualidade e saúde, porém, raramente é discutida a distribuição das responsabilidades e o viés de gênero ligado aos processos sucessórios (MELLO, op. cit.).

Leite (2000) preconiza que a tendência do êxodo rural é a de prosseguir e, ao se extratificar por gênero e geração, a população que tem saído predominantemente do campo se constitui de jovens e mulheres. Há, pois a tendência à progressiva masculinização e envelhecimento da população rural.

Durston (2001: 08) afirma que, “[...] em 1997, cerca de 55% dos rapazes e 42% das moças residentes no meio rural brasileiro tinham menos de quatro anos de estudo”.

Na educação escolar vigente, os alunos deixam suas realidades fora-da-escola, recebendo conteúdos pré-elaborados que as autoridades e os educadores acham ser mais convenientes, dessa forma geram choque cultural e uma crise existencial no aluno. Com essa educação descomprometida com a transformação do local, o aluno passa a pensar que se quiser saber mais terá que sair do local (ÁVILA, 2003).

Nas famílias dos alunos o pai é quem determina o que a esposa e os filhos(as) devem fazer, daí um dos entraves do(a) jovem que estuda na EFA – COAAMS de interagir melhor com a família e o meio.

2.2 CENTROS FAMILIARES DE FORMAÇÃO EM ALTERNÂNCIA

Os CEFFA's são escolas que têm em comum a Pedagogia da Alterância. No Brasil a UNEFAB (União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil), é uma ONG (Organização Não Governamental), sem fins lucrativos e possui registro no CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social). Assessora as EFAs, as ECORs (Escolas Comunitárias Rurais) e outras instituições que adotam práticas educativas com os mesmos princípios pedagógicos. Além da UNEFAB, que congrega as EFAs e as ECORs, existe também no Brasil a ARCAFAR (Associação Regional das Casas Familiares Rurais), que reúne as CFRs (Casas Familiares Rurais), que também adotam a Pedagogia da Alternância. (UNEFAB, op. cit.).

2.2.1 Percurso Histórico

Em 1934, na França alguns pais começaram a questionar até que ponto valeria a pena manter seus filhos estudando nas escolas. A realidade apontava duas opções para os jovens rurais da época: instruir-se e deixar a terra (seguindo a vida um tanto desanimado) ou não deixar a terra mas ficar ignorante a vida toda. A conversa histórica encerrou com o entendimento de que deveriam reunir um mínimo de quatro alunos para iniciar uma escola de jovens agricultores em Ségnac-Péboudou, permanecendo uma semana na casa paroquial, monitorados pelo Pe. Ganerau, em tempo integral, e o restante do mês na família, nascendo assim o sistema de alternância na educação de jovens rurais.

Em 29 de setembro de 1935, esboçou-se o programa para a formação dos jovens, que contemplassem as seguintes dimensões da formação: técnica, geral e humana. No ano de 1937, as aulas foram transferidas de Sérignac-Péboudon para Lauzun. Neste período também abriram espaço para as meninas, onde foram oferecidos cursos de economia familiar e social. (UNEFAB, 2002).

Nos anos 60 e 70 o modelo foi sendo difundido pelo mundo, na Itália, Espanha, Portugal para o Continente Africano, em seguida para a América do Sul e Caribe, depois para o Oceano Índico na Polinésia (Ásia) e por último para a América do Norte em Quebec no Canadá (UNEFAB, op. cit.)

Na América Latina, as escolas famílias agrícolas tiveram início no fim dos anos 60: primeiramente no Brasil, logo em seguida na Argentina e mais tarde, início da década de 70, em várias regiões centro-americanas.

No Brasil, o sistema Educativo baseado na Pedagogia da Alternância, iniciou em 1968, no estado do Espírito Santo, por meio de um trabalho comunitário. Uma iniciativa dos pequenos agricultores, lideranças comunitárias, pastorais da igreja (com ajuda do Pe. Jesuíta Humberto Peitrogrando) e do MEPES (Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo) (MANOSSO, 2002.).

A expansão foi rápida no território Brasileiro: Atualmente, segundo a UNEFAB (op. cit.), existem,

[..]cerca de 200 EFAs em funcionamento e outras 40 em implantação, beneficiando cerca de 20.000 alunos e 100.000 agricultores, e contando com 850 monitores trabalhando nestas EFAs. Estas escolas já formaram mais de 50.000 jovens dos quais mais de 65% permanecem no meio rural, desenvolvendo seu próprio empreendimento junto às suas famílias ou exercendo vários tipos de profissões e lideranças:

As escolas nasceram para fazer frente às demandas da economia agrícola baseada na produção de subsistência.

A falta de conhecimento de técnicas alternativas para preservação ambiental, o rápido processo de desmatamento, o uso do fogo de modo indevido, preparo do solo inadequado, uso intensivo de agrotóxicos, baixo uso de práticas conservacionistas nas áreas de cultivos e predominância da monocultura fizeram com que as famílias rurais ficassem em situação precária, comprometendo o acesso de crianças, adolescentes e jovens à escola formal. A situação se agravou devido à falta de políticas públicas para atender a grande demanda presente no campo. A Pedagogia da Alternância veio, então, possibilitar que a frequência à escola pudesse ser uma realidade também para quem vive fora dos centros urbanos (UNEFAB op. cit).

As Escolas que adotam a Pedagogia da Alternância têm como princípio a promoção do desenvolvimento sustentado na cultura camponesa, que promova condições necessárias para intervenção de forma consciente no processo de transformação da realidade, construindo um novo modelo de desenvolvimento rural, dentro dos princípios do desenvolvimento local (UNEFAB, op. cit.).

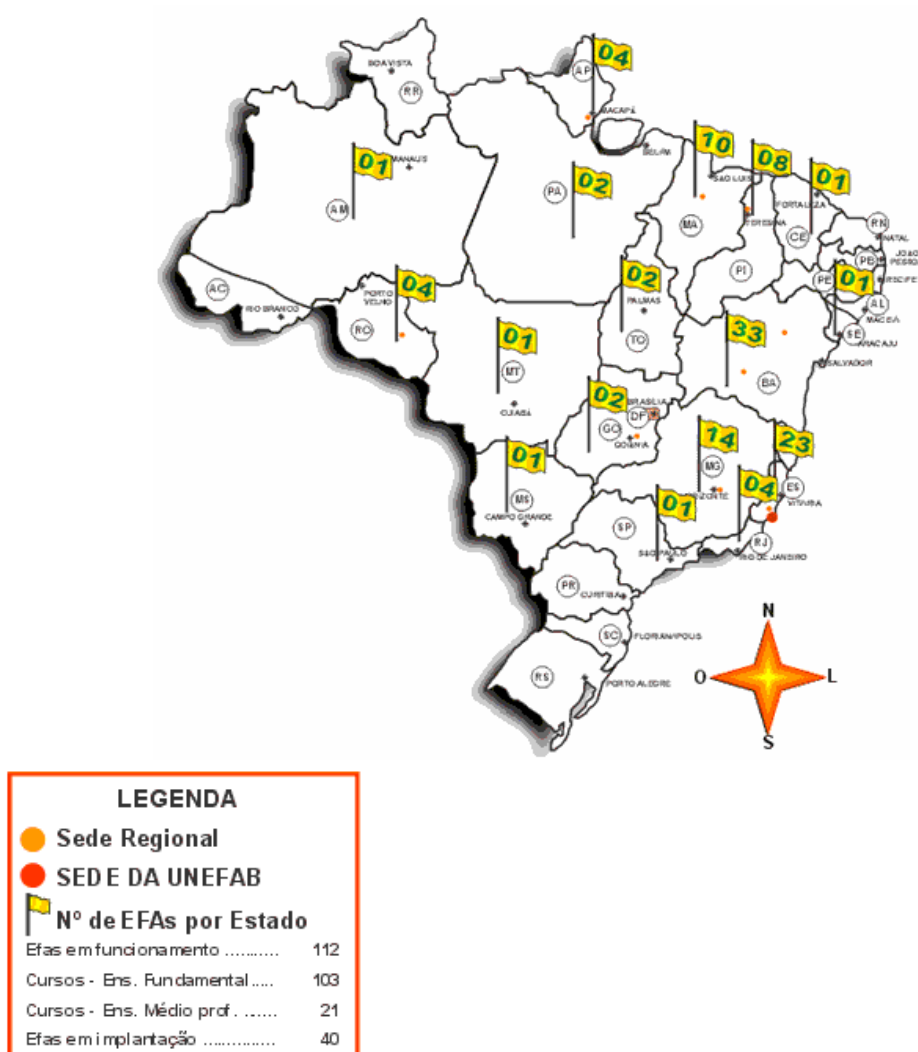


Figura 2. Distribuição das EFA's, no país.

Fonte: UNEFAB, 2002.

Portanto, setenta anos se passaram de uma iniciativa local, com os quatros adolescentes que experimentaram a inovação, para uma expansão mundial (tabela. 05).

Tabela 5. Demonstrativo dos Centros Familiares de Formação em Alternância (CEFFA´s) no mundo.

CONTINENTE	CEFFA´s
EUROPA	521
AMÉRICA LATINA	329
ÁFRICA	115
ÁSIA	06
OCEANO ÍNDICO	02
AMÉRICA DO NORTE	01
TOTAL	974

FONTE: UNEFAB, 2002.

2.2.2 Características dos CEFFA`s

Os CEFFA`s estão crescendo e desenvolvendo características peculiares para dar respostas às necessidades dos jovens e adultos do meio rural. Continuam crescendo, “[...] mesmo sendo freqüentemente denegridos e combatidos por não seguirem a corrente do sistema escolar oficial, por estarem fora das normas e numa contra-corrente” (GIMONET, 1999:43).

Criadas e assumidas por pessoas do lugar, “[...] um CEFFA é então para um grupo de pessoas, para os pais, para uma comunidade, oportunidade para assumir seus destinos e a educação de seus filhos. É assumir um poder” (GIMONET, op. cit.: 43).

Gimonet (op. cit.:43-46), enumera algumas características dos CEFFA`s⁹:

- [...] uma dupla finalidade também é perseguida por todos os CEFFA`s: a formação, a educação, a promoção, a inserção dos jovens, e, a contribuição para o desenvolvimento e a promoção do meio.
- [...] é uma pequena estrutura escolar, próxima das pessoas, na qual cada um é valorizado e que baseia seu funcionamento na densidade e na qualidade das relações humanas;

⁹ CEFFA, entende-se como sendo uma EFA

- Estrutura-se numa Associação de pais e outros agentes do meio. A Associação constitui um lugar de intercâmbio, reflexão, exercício da responsabilidade, poder, formação e engajamento [...];
- [...] A pedagogia praticada baseia-se na Alternância, o que significa: Alternância de tempo e de local de formação, ou seja, de períodos em situação sócio-profissional e em situação escolar;
- [...] Alternância significa, sobretudo, uma outra maneira de aprender, de se formar, associando teoria e prática, ação e reflexão, o empreender e o aprender dentro de um mesmo processo. A Alternância significa uma maneira de aprender pela vida, partindo da própria vida cotidiana, dos momentos experienciais, colocando assim a experiência antes do conceito.
- [...] A pedagogia da Alternância, nos CEFFA's, dá a prioridade à experiência familiar, social, profissional, ao mesmo tempo como fonte de conhecimentos, ponto de partida e de chegada do processo de aprendizagem, e como caminho educativo.
- A Alternância, em comparação com a escola tradicional, inverte a ordem dos processos, colocando em primeiro lugar o sujeito que aprende, suas experiências e seus conhecimentos, e, em segundo lugar o programa. O jovem ou o adulto em formação não é mais, neste caso, um aluno que recebe um saber exterior, mas um ator sócio-profissional que busca e que constrói seu próprio saber. Ele é sujeito de sua formação, ele é produtor de seu próprio saber.

Os CEFFA's fazem uso de uma metodologia educativa própria, a Alternância, caracterizada por períodos formativos entre o meio familiar e a escola (CALVÓ, 1999).

Gimonet (2004: 47) sustenta que o modelo Pedagógico dos CEFFA's representa avanços, pois proporciona às pessoas desabrocharem suas potencialidades:

O modelo pedagógico que prioriza o mestre e o programa e que obriga a criança ou o adolescente a se adaptar a ele está ultrapassado. Ele dá resultados, mas somente para um pequeno número de dotados de faculdades abstratas, ou seja, 35% da população escolar. Ele conduz à várias formas de reprovações e de exclusões. Esse modelo não é mais apropriado ao nosso contexto de sociedade. O modelo da Pedagogia Ativa centrado na pessoa representa um forte avanço para a aprovação escolar e para o desabrochar das potencialidades. Mas, na maioria das vezes, esse modelo permanece dentro dos limites da escola e não enfrenta a realidade da vida, a complexidade de toda a situação educativa.

Mânfió (1999) afirma que a Pedagogia da Alternância dos CEFFA's têm muitas semelhanças com o método desenvolvido por Paulo Freire.

Outra característica é a figura do Monitor¹⁰ e não do Professor da pedagogia tradicional. Ou seja, sua função principal não é a de transmitir apenas conhecimento e sim aquele “[...] que acompanha, guia, ajuda, orienta em direção às fontes do conhecimento; contribui na construção destes, facilita as aprendizagens, ensina quando necessário” (GIMONET, 1999:125)¹¹.

2.2.3 Dispositivos Pedagógicos das EFA’s

Para otimizar a aprendizagem, as EFAs fazem uso de instrumentos capazes de proporcionar interação entre os espaços-tempos, minimizando as rupturas entre os tempos escola e família, mantendo uma certa coerência e integração (GIMONET, op. cit). Abaixo é demonstrado, esquematicamente, como ocorre a articulação entre os espaços:

O TERRENO	A ESCOLA	O TERRENO
Experiência	Formalização	Aplicação
Observações - análise	Conceitualização	Experimentação
Saber empírico	Saber teórico	Ação

Segundo Gimonet (op. cit.), a metodologia adotada privilegia a ação do aprendiz e a aprendizagem por produção de saberes mais do que por consumo. Através de uma ação científica organizada em cinco fases:

- Ver, coletar dados, ler a realidade;
- Expressar, formalizar os dados;
- Questionar, problematizar;
- Buscar respostas e;
- Submeter à prova da realidade, experimentar.

Os instrumentos pedagógicos que proporcionam exploração da realidade do aluno integram o PE (Plano de Estudo). O quadro 2, a seguir, possibilita uma melhor compreensão de sua operacionalização dos instrumentos:

¹⁰ Entenda-se por Monitor “O Educador em Alternância”

¹¹ Jean-Claude Gimonet, Diretor do Centro Nacional Pedagógico das Casas Familiares Rurais (MFR) em Chaingy (Região Centro) disponível em <http://www.unefab.org.br/home/artig_dispedagog.htm> acessado em 14/07/2004.

Quadro 2 Operacionalização dos instrumentos pedagógicos.

EFA Vida coletiva No meio escolar	Ambiente de vida Vida familiar, profissional e social	EFA	Ambiente de vida
Preparação da estadia → (plano de estudo sobre uma atividade)	Observação relatório escrito Discussão e relato de vida → → Análise e reflexão	Comunicação e exploração de dados ↓ Prolongamento teórico (Ensino) → conceitualização	Experimentação aplicação Questionamento crítico Olhar novo...
		Novo plano de estudo	→

Fonte: UNEFAB, 2004.

O Plano de Estudo, é uma estratégia pedagógica para estudar melhor a realidade local, da qual o aluno traz para escola os principais problemas, aspirações e potencialidades do meio. É a partir desses fatos e dados que tenta reconstruir o processo produtivo local, ou seja, uma nova organização do trabalho que vise melhorar cada vez mais os meios de produção e de uso racional dos recursos naturais do trabalho, enfim, reformando metódica e economicamente a administração do trabalho familiar. Essa forma de organização “científica” do trabalho se opõe ao modelo dominante, que tem como finalidade única identificar a produção, reforçando a exploração da mão-de-obra para (apenas) aumentar os lucros (AEFACOT, 2002)¹².

Segundo Gimonet (op. cit.), “[...] a ‘colocação em comum’ constitui a segunda atividade chave da pedagogia dos CEFFA’s porque visa fazer conhecer e partilhar ao conjunto do grupo as descobertas, os ganhos e contribuições de cada um”. Portanto, o PE não é apenas uma metodologia para realizar uma pesquisa monográfica.

A “visita de estudo” é outro instrumento adotado, que consiste em oportunizar ao jovem descobrir “[...] outros espaços profissionais, sociais, humanos, culturais que, pelas suas diferenças com aquilo que cada um vive e conhece, se destacam, permitem situar-se, fornecem outros pontos de referência, alargam o horizonte” (GIMONET, op.cit.). Continuando, o mesmo autor esclarece que: ‘Os CEFFA’s criaram para isto instrumentos de

¹² Informação obtida no curso de formação para Monitores, AEFACOT, em Goiânia, agosto de 2002.

ensino e de aprendizagem: as fichas pedagógicas que visam articular e colocar os conhecimentos da vida e dos programas em continuidade, a dar vida a uma pedagogia ativa e experiencial”. Dentre os referidos instrumentos, destaca-se o “Caderno da realidade” que é: “[...] o elemento que permite a sistematização racional da reflexão e ação provocadas pelo Plano de Estudo. "Lugar" onde ficam ordenadas as informações e experiências realizadas em casa e na escola.” Nesse caderno são transcritos os conteúdos das colocações em comum, das pesquisas realizadas e que poderão ser usados pelas disciplinas afins.

Outro instrumento é as “Visitas às famílias”, geralmente realizadas por monitores e proporciona a aproximação da escola com a comunidade: a escola conhece a realidade dos alunos; cria “[...] condições para o estabelecimento do diálogo entre monitores e pais e entre pais e filhos, proporcionando discussões e entendimento sobre as responsabilidades de cada um no processo educativo dos jovens; sobre questões técnicas e pedagógicas da escola”; momento em que reforça o compromisso dos pais e da comunidade na formação dos jovens (BERGNAMI, 2004).

A “Intervenção Externa” consiste em palestras, seminários, cursos, etc., auxiliando a complementação dos Planos de Estudo. Os convidados são pessoas que têm afinidade com quem possam contribuir para formação dos alunos a partir de suas experiências. Os registros das intervenções ocorrem também no Caderno da Realidade.

“Atividade de retorno” consiste em retornar, às famílias e comunidades, as constatações das pesquisas realizadas. Pode ser através de demonstrações técnicas, campanhas, palestras, etc.

Os “estágios”, que realizados em propriedades agrícolas, empresas, entidades sociais, órgãos de pesquisa, etc., são assim caracterizados:

Os estágios devem ser programados no 2º e 3º períodos. Devem ser vinculados aos temas de Planos de Estudo, ou seja, um Plano de estudo pode ser programado para ser respondido numa empresa seja propriedade rural, fabriqueta, em serviços como comércio, posto de saúde, oficinas etc. (BERGNAMI, op. cit).

“Projeto Profissional” consiste em os(as) jovens elaborarem seus projetos de vida, mesmo para aqueles que querem continuar seus estudos na cidade:

O Projeto será um meio de buscar inserção no mundo do trabalho, ou seja, de implementar um empreendimento que gere emprego e renda para o jovem e sua família. Com este instrumento a EFA pretende proporcionar aos jovens uma alternativa de futuro para o campo no município de Comarcão e região. Por isso, os Planos de Estudo deverão orientar-se nesta linha, da Orientação Profissional de jovens empreendedores rurais. Esta estratégia dependerá do grau de compromisso do jovem e, sobretudo, da idade (BERGNAMI, (op. cit.)

“Caderno de acompanhamento ou da Alternância”, é uma espécie de elo de comunicação entre a escola e a família:

A família se informa de tudo o que ocorreu na EFA, inclusive avaliação de convivência, habilidades práticas e aprendizagem. Por outro lado, o caderno de acompanhamento traz informações sobre a vida em casa e implica mais os alunos na realização de suas tarefas e atividades comunitárias (BERGNAMI, (op. cit.).

“Tutoria” é o acompanhamento personalizado do(a) aluno(a). “Cada monitor/a acompanha um grupo de aluno e o assiste dando a cada aluno a oportunidade de um momento a sós para tratar do Plano de Estudo, do Caderno da Realidade, da convivência em casa, na EFA” (BERGNAMI, op. cit.).

A estreita ligação com o meio através dos diversos instrumentos possibilitam às EFA's gerar conhecimentos com a família, comunidade, associação, etc. Segundo Bergnami, (op. cit.), “A EFA realiza indiretamente uma verdadeira extensão rural que consiste, sobretudo, num processo formativo dialogal sem imposição e transferências de “pacotes tecnológicos”, ou seja, conforme Tanton (1999: 101):

Estar em situação concreta de trabalho corresponde a uma necessidade sentida por uma maioria de adolescentes que procuram exercitar-se, afirmar-se. Estes jovens procuram ao mesmo tempo serem úteis e considerados, sem que por isso queiram reproduzir o que os adultos ditam. A Alternância permite aos jovens participar da vida dos adultos através de um trabalho real.

O instrumento “Avaliação”, onde o(a) jovem é avaliado sob vários aspectos tanto no período que permanece na EFA como em casa, no meio, ou seja, com a comunidade. Neste, os aspectos avaliados dizem respeito à sua vivência/habilidade: “O comportamento, as relações sociais, relação com o meio ambiente, participação nos trabalhos da família e comunidade, a responsabilidade e o compromisso, capacidade de executar tarefas, de enfrentar os problemas e de se expressar” (BERGNAMI, op. cit).

Outro aspecto da avaliação por ocasião da estada no seu meio é a capacidade do estudo da realidade, “Capacidade de observar, pesquisar e participar das práticas de trabalho, das técnicas, cultura, de organizações, a história, o ambiente físico, a economia, a administração. O monitor deve ajudar, orientar o aluno para que ele assuma uma postura de observar - interpretar – atuar” (BERGNAMI, op. cit).

A avaliação do “tempo escola” também consiste em avaliar vivência/habilidade:

Nos trabalhos e tarefas individuais e em grupos, no relacionamento, comportamento nos vários momentos e ambiente, no cumprimento das normas de grupo. Participação e compromisso, responsabilidade do estudo, capacidade de expressar-se e organizar-se. Valorização e inserção no meio rural, espírito de liderança (BERGNAMI, op. cit).

Na avaliação dos conteúdos das disciplinas o(a) jovem deve demonstrar a relação destas com a realidade, aplicação prática e análise crítica. a avaliação é feita através de:

- [...] de apresentação de trabalhos escritos e orais, individualmente ou em grupos homogêneos;
- Debates para medir a capacidade individual de argumentação e fundamentação;
- Tarefas práticas por grupos homogêneos ou individualmente;
- Provas com questão ou situações que fazem relação com a realidade;
- Preparação da prova com a participação dos alunos e correção da prova com a participação do aluno (BERGNAMI, op. cit.).

Os instrumentos pedagógicos são avaliados separadamente, por exemplo, “[...] o Plano de estudo deverá ser avaliado de forma integral em conjunto com os conteúdos disciplinares, pois ele constitui os conteúdos prévios, contextuais das matérias profissionalizantes, gerais e humanas” (BERGNAMI, op. cit).

A avaliação do Projeto Profissional do aluno “[...] passará por uma banca formada de um monitor que acompanhou o processo, um mestre de estágio e um membro do Conselho administrativo da Associação” (BERGNAMI, op. cit).

O Plano de Formação representa uma espécie de organização global, ou seja, nele estão representados os componentes dos instrumentos pedagógicos. Em suma, um plano de Formação é a ampla ordenação da coerência em torno da formação, da educação, da orientação e do desenvolvimento da pessoa vivendo num determinado contexto. (GAUTREU,

1995, citado por GIMONET, op. cit). Cada EFA elabora seu Plano de Formação, que deve contemplar o Plano de Estudo. No apêndice “C” consta o plano de Formação 2004 da EFA-COAAMS detalhado.

A prática da interdisciplinaridade é percebida nos CEFFA's, vez que possibilitam uma espécie de diálogo entre as diversas disciplinas:

Um tema que geralmente tem sua fonte nas atividades da vida (profissional, familiar, social) e relacionando com as possibilidades de implicação dos alternantes permite introduzir, na medida do possível, as disciplinas do programa que assegurarão o tratamento em várias dimensões: técnicas, econômicas, científicas, históricas, geográficas, literárias ou filosóficas, matemáticas. Assim, uma ação desta por tema permite dar uma formação associada (profissional e geral) e construir o sentido, ou seja, aprender com mais eficiência (GIMONET op. cit.).

2.2.4 A EFA – COAAMS

EFA-COAAMS está localizada à rua Joana Maria de Jesus n ° 223, bairro São Francisco, em uma área de aproximadamente 8,07 ha, sob regime de comodato desde 1994, pertencente à arquidiocese de Campo Grande. Na área de aproximadamente 3,5ha são realizadas algumas práticas agropecuárias, com fins didáticos. Os jovens permanecem por um período de quinze dias na escola e outros quinze dias junto às suas famílias.

Em 1989, em Mato Grosso do Sul, já existiam 17 Assentamentos. Em maio daquele ano, as 17 associações estavam reunidas para avaliar os avanços obtidos e levantar os problemas comuns, dentre os mais relevantes:

- 1) falta de infra-estrutura (estradas, postos de saúde, energia elétrica, água encanada);
- 2) falta de financiamento para custeio e investimentos; e
- 3) falta de assistência técnica.

Desse encontro decidiu-se pela criação da COAAMS. Em 1990, com a realização do 1º seminário de trabalhadores rurais assentados, os agricultores cobraram da EMPAER que priorizasse o pequeno produtor. Conseguiram a promessa de que a EMPAER iria enviar um

grupo de técnicos para os assentamentos, “[...], porém, em menos de seis meses esta proposta não mais se viabilizou, pois os técnicos não se adaptaram ao ambiente” (LOPES, 2004)¹³.

Os Agricultores estavam diante de um novo problema: o de avançar sem assistência técnica, logo percebendo que a solução seria a capacitação dos agricultores assentados. Analisando um pouco mais, concluíram que haveria muita dificuldade na aceitação de mudança tecnológica por parte dos agricultores. As lideranças então passaram a analisar a possibilidade de uma escola em que o trabalho junto às famílias e o estudo se tornassem interligados e que mantivessem ligado o jovem ao campo de uma forma consciente, com práticas agro-ecológicas que respeitassem o meio ambiente.

Uma escola que valorizasse o sentimento de pertença, seus costumes e tradições, que tivesse como propósito uma educação a partir da realidade do aluno, retornando à comunidade-localidade para desenvolver ali atividades que melhorassem as condições do seu meio, de acordo com Ivan de Oliveira¹⁴.

Assim, em 1994 houve a opção pelo curso profissionalizante e pela Pedagogia da Alternância das EFA’s do Brasil, que contemplariam os anseios dos propósitos em discussão. Isso com o apoio da Arquidiocese de Campo Grande – MS, de uma entidade alemã, a Misereor, contribuindo com recurso financeiro para construção do prédio, da Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso do Sul, pela liberação dos monitores e professores, e de várias pessoas que sensibilizadas ajudaram com móveis, utensílios domésticos, etc, conta Rosalvo Rocha¹⁵.

Em 10 de maio de 1996, foi aprovado o regimento interno pela Deliberação 4503 do Conselho Estadual de Educação de MS, nascendo então a ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA – COAAMS de Campo Grande. Naquele ano foram regularmente matriculados 47 alunos no curso de habilitação em “Técnico em Agropecuária”, nível médio. Atualmente, a EFA – COAAMS já formou 110 Técnicos (as) oriundos de 25 Assentamentos de 19 municípios.

¹³ Informações obtidas verbalmente com a coordenadora pedagógica da Escola Família Agrícola, Sirlete Lopes, em agosto de 2004, EFA – COAAMS, Campo Grande, MS.

¹⁴ Informação pessoal, ex-membro da diretoria da COAAMS, em agosto de 2004 Campo Grande, MS.

¹⁵ Informações obtidas verbalmente com o Rosalvo da Rocha, diretor da EFA – COAAMS, em agosto de 2004, Campo Grande, MS.

Assim como do surgimento da primeira Maison Familiale, aqui as circunstâncias parecem repetir-se, também, com o surgimento da EFA - COAAMS. As EFA's surgiram ou estão surgindo a partir de lideranças locais que defendem a formação e a educação que contribuam para que o jovem possa se inserir e contribuir para o desenvolvimento do meio.

Segundo Forgeard (1999), desde a criação da primeira MFR (MAISON FAMILIALE RURALE) 1935/1937 as famílias dos pequenos agricultores, organizados em Sindicato de Iniciativas Rurais, já afirmavam que não teria saída válida para os jovens da época, caso não se juntassem a eles na busca do desenvolvimento da região.

2.2.5 Conteúdos da Formação do Técnico em Agropecuária da EFA – COAAMS

Na EFA-COAAMS, o método pedagógico desenvolvido tenta dar uma abordagem, em que o aluno consiga visualizar a realidade de forma a desenvolver no assentamento o sentido da busca de transformação da própria realidade, imbuído de atitudes construtivistas e não dominadoras, de coletivo e não individual, capaz de demonstrar possibilidades tecnológicas variadas para o agricultor, para que possa optar por aquela que melhor convém ao meio e à sua família.

Abaixo estão relacionadas as disciplinas do curso de Técnico em Agropecuária da EFA – COAAMS. Seus conteúdos são distribuídos no Plano de Formação de acordo com o Plano de Estudo, verificar apêndice “C”.

I ETAPA

CONTABILIDADE E CUSTOS I

AGRICULTURA I

OLERICULTURA E JARDINAGEM

CULTURAS ANUAIS E REGIONAIS I: FEIJÃO; MANDIOCA E ARROZ

ZOOTECNIA I

ANIMAIS DE MÉDIO PORTE I

ANIMAIS DE GRANDE PORTE I: BOVINOS DE LEITE

II ETAPA

CONTABILIDADE E CUSTOS II

AGRICULTURA II

NOÇÕES DE ENTOMOLOGIA AGRÍCOLA

CALIBRAÇÃO DE PULVERIZADORES

NOÇÕES DE FITOPATOLOGIA

AGRICULTURA NATURAL

DESENHO E TOPOGRAFIA I

AGROINDÚSTRIA

CULTURAS ANUAIS REGIONAIS II: MILHO; ALGODÃO E AMENDOIM

CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES RURAIS I

IRRIGAÇÃO E DRENAGEM I

FRUTICULTURA: CITRUS; BANANA E ABACAXI

ZOOTECNIA II

ANIMAIS DE MÉDIO PORTE: CAPRINOS

ANIMAIS DE GRANDE PORTE II

III ETAPA

ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO

AGRICULTURA III

DESENHO E TOPOGRAFIA II

MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

CULTURAS ANUAIS REGIONAIS III: SOJA; TRIGO E SORGO

CULTURAS PERENES REGIONAIS: CAFÉ; CANA – DE – AÇÚCAR E PUPUNHA

CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES RURAIS II

IRRIGAÇÃO E DRENAGEM II

FRUTICULTURA II: CAJU; MARACUJÁ E COCO

ANIMAIS DE PEQUENO PORTE: AVICULTURA (Frangos, Galinhas, Patos, Marrecos, Gansos, Codornas) e COELHOS

APICULTURA

ANIMAIS DE MÉDIO PORTE II : OVINOS

ANIMAIS DE GRANDE PORTE III: BOVINOS DE CORTE e EQUÍNOS

CAPÍTULO 3

EFA – COAAMS *versus* REALIDADE POR ELA VISADA

A opção pela pesquisa qualitativa tem como propósito realizar uma análise dos fenômenos envolvidos no meio que vivem os(as) jovens que estudam na EFA - COAAMS, identificando se os objetivos da criação da EFA estão sendo atingidos, ou seja, o desenvolvimento do meio em que a família está inserida e a fixação dos(as) jovens no meio rural.

Os trabalhos de pesquisa foram realizados nas famílias residentes nos assentamentos do Mato Grosso do Sul, citados na tabela 6, durante o período de 2001 até 2004. O levantamento de dados foi efetuado por meio de entrevistas com pais de alunos e ex-alunos da Escola Família Agrícola – COAAMS em Campo Grande, e por questionários entregues aos alunos. Foram feitas também observações pelo mestrando e por Olga Manosso, nos locais de origem dos dados.

3.1 AMOSTRAGEM

As visitas às famílias eram pré-agendadas por ocasião da estada dos alunos na EFA, na fase escolar. Além de levantar dados para a pesquisa do mestrando também tinham como propósito aplicar o instrumento pedagógico “visita as famílias”. Foram investigadas 75 famílias correspondendo a aproximadamente, 70% dos alunos que freqüentavam a escola no período de 2001/2002. Em 53 destas, o questionário e a entrevista foram aplicados com a

presença do próprio pesquisador, sendo que os demais realizados pela Irmã Olga Manosso, que para a análise, foram eleitas aleatoriamente em 40 famílias.

Outro instrumento utilizado foi a aplicação de questionário aos alunos egressos da EFA (entregue em mãos). Para responder ao questionário, foi levantado o número de turmas formadas. Para manter a proporcionalidade por gênero, foram separados por sexo, nas quatro turmas já formadas 1999, 2000 e 2002, com duas turmas. Posteriormente, foram escolhidos aleatoriamente 30% de cada grupo de egressos (formados), objetivando manter a proporcionalidade por gênero. O universo da amostragem foi um grupo de 31 rapazes e moças egressas da EFA - COAAMS.

Tabela 06 Assentamentos Rurais com Famílias de alunos que freqüentaram a Escola Família Agrícola – COAAMS em 2001 e 2002, no Estado de Mato Grosso do Sul.

ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	Nº FAMÍLIAS VISITADAS
Marcos Freire	Dois Irmãos do Buriti	6
Sul Bonito	Itaquiraí	5
Indaiá	Itaquiraí	5
Taquaral	Corumbá	5
Mato Grande	Corumbá	4
Capão Bonito I e II	Sidrolândia	3
Paraíso	Terenos	1
Novo Horizonte do Sul	Novo Horizonte do Sul	2
Conquista	Campo Grande	1
São José do Jatobá	Paranhos	1
Santa Guilhermina	Maracaju	1
Itamaraty	Ponta Porã	1
Mutum	Brasilândia	1
Paraíso	Terenos	1
Andalúcia	Nioaque	1
Nova Alvorada	Nova Alvorada	1
Corona	Ponta Porã	1
TOTAL		40

Cada resposta foi analisada com o propósito de compreender, através das verbalizações da pessoa que proferiu, sem valores, sua posição no assentamento, sua convivência, etc. Na interpretação, também se teve o cuidado de reduzir os riscos das subjetividades e ou de paradigmas culturais projetados pelo pesquisador, para, fazer emergir elementos significativos que auxiliassem ..coerente análise entre aquilo que foi verbalizado (e exteriorizado) e o que de fato (concreto) acontecia no meio de vivência dos sujeitos da pesquisa.

Para o pesquisador, é importante descobrir se a resposta corresponde à realidade ou não. Quanto melhor for a descrição dos fenômenos envolvidos, melhor será o cotejo com as teorias, complementou-se por constatações feitas pelo pesquisador (técnica da observação). O pesquisador teve assim, os cuidados recomendados para interpretar as respostas obtidas dos alunos, ex-alunos, pais e lideranças do local, uma vez que poderiam obter respostas para satisfazer os propósitos da EFA – COAAMS, ou àquilo que os monitores gostariam de ouvir, uma vez que os entrevistadores eram monitores.

3.2. A EFA-COAMS E O DESENVOLVIMENTO E EXTENSÃO NO MEIO RURAL

Na pedagogia da alternância os alunos vivenciam técnicas agronômicas como: hortas caseiras; manejo de pastagem em sistema rotacionado e *voisin*; culturas de subsistência, diversificação de atividades entre outros.

O tamanho dos lotes das famílias visitadas varia entre 4 e 46 hectares, média de 20,83 ha. Os tamanhos dos módulos rurais são fixados em função das características da região do assentamento. Segundo o Art. 5º da lei nº 4504, de 30 de novembro de 1964, do Estatuto da Terra, “A dimensão da área dos módulos de propriedade rural será fixada para cada zona de características econômicas e ecológicas homogêneas, distintamente, por tipos de exploração rural que nela possam ocorrer”. Para cada município é fixado o módulo fiscal, que é definido em função: do tipo de exploração predominante; da renda obtida com a exploração predominante ou outras explorações existentes no município não predominantes, porém, significativos em razão da renda e área utilizada.

Os lotes com 4 hectares estão localizados próximos aos centros urbanos. Para estes, o PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento), realizado pelos técnicos do INCRA antes de assentar as famílias, previa a exploração de hortas comerciais. Por ocasião da visita, constatou-se que nos lotes das famílias os alunos da EFA – COAAMS, e vizinhos, não se cultivava horta comercial. Embora instalado um sistema de irrigação, este não oferecia condições de uso por falta de manutenção, argumentaram que os assentados não dispõem de recursos para o concerto.

A não consolidação de projetos do PDA também foi constatada em outros assentamentos, talvez por terem sido concebidos sem a devida participação dos verdadeiros sujeitos ou pelo fato de os mesmos não terem tido elementos suficientes para avaliarem suas necessárias capacidades e potencialidades para gerirem os processos eleitos para implementação. É a razão para tal é a de que a tendência é de as pessoas se apropriarem daquilo com que se identificam é dessa apropriação ocorrendo a transformação do lugar. O desenvolvimento humano é fortalecido quando as comunidades se sentem apoiadas em suas próprias iniciativas. Ocorre o contrário quando as iniciativas locais são desconsideradas (UCDB, 2002)¹⁶. O desenvolvimento é endógeno, quando resulta da capacidade de mobilização das suas forças sociais, da interação com o meio externo, onde os atores locais são sujeitos da sua história, gerando mais capacidades, competências e habilidades para ampliarem sua autonomia. (UCDB, 2002)¹⁷.

Também Ávila (2000) sustenta que *DNL* e *DPL* não proporcionam *DL*, o primeiro porque tem o local apenas como sede física, ou seja, tão-somente se *SITUA NO LOCAL*, sendo secundário se o desenvolvimento gera ou não benefícios à comunidade-localidade. No *DPL*, as iniciativas são de outros locais e vão à comunidade, não são, pois endógenas. Geralmente são programas, projetos e atividades desenvolvimentistas propostos por organismos internacionais ou nacionais, bem como ONGs, Igrejas, entidades filantrópicas e outros.

¹⁶ Informação obtida na aula “Teoria do Desenvolvimento Local”, UCDB, ministrada pela Prof.º Dr. Sérgio R. O. Martins, em setembro de 2002.

¹⁷ Informação obtida na aula “Teoria do Desenvolvimento Local”, UCDB, ministrada pelo Prof. Ph.D. Vicente F. Ávila, em Outubro de 2002.

A renda do lote da família do aluno era obtida pela criação de suínos e da sericicultura e a alimentação dos suínos à base de subprodutos da mandioca. Constatou-se que mesmo em áreas pequenas, quando há diversificação nos lotes, a mão-de-obra familiar tem ocupação e os assentados conseguem viver com dignidade, em virtude do que foi dito atrás: as pessoas se apropriam daquilo com que se identificam e dessa apropriação decorre a transformação do lugar.

Para superar determinados limites, Casarotto Filho e Pires (1998) afirmam que deve haver um consenso, uma espécie de “pacto territorial” que contemple os seguintes requisitos: mobilizar os atores em torno de uma “idéia guia”; contar com o apoio destes atores não apenas na execução, mas na própria elaboração do projeto; definir um projeto que seja orientado ao desenvolvimento das atividades de um território; realizar o projeto em um tempo definido e criar uma entidade gerenciadora que expresse a unidade, entre os protagonistas do pacto territorial. Isso envolve o cultivo, junto à comunidade que integra cada território, o que Ávila et al, (2000: 86 – 87) denominaram “eixo das capacidades” e “eixo das competências”, transcritas atrás.

Para Almeida (1998: 48), agricultura sustentável é antes de tudo [...]“um modelo social e econômico de organização baseado na visão equitativa e participativa do desenvolvimento e dos recursos naturais, como fundamentos para a atividade econômica”.

Um dos paradigmas da EFA – COAAMS é a Agroecologia, ou seja, os conteúdos ministrados, as unidades didáticas desenvolvidas no espaço físico da EFA bem como as atividades de retorno se sustentam nos princípios da Agroecologia. Mais de 80% dos (as) jovens desenvolvem em seus lotes técnicas agro-ecológicas aprendidas na EFA - COAAMS. Constatamos que as principais técnicas utilizadas são a compostagem, minhocário e caldas, como biofertilizantes, inseticidas naturais e urina de vaca. São pois técnicas que diminuem os custos de produção e substituem os insumos sintéticos que oneram a atividade de produção agrícola.

No entanto, é conveniente ressaltar que a utilização destas técnicas ainda está restrita basicamente a hortas e pomares, mas com resultados muito satisfatórios, segundo alguns pais. Percebe-se que na família o (a) jovem encontra certa dificuldade em experimentar seus conhecimentos nas atividades de maior importância no lote. Altieri (2000) sustenta que

nas pequenas propriedades deve haver o monitoramento da produtividade, da integridade ecológica da produção de alimentos e a visão de sustentabilidade deve permear os níveis de segurança alimentar, fortalecimento social, potencial econômico e independência ou autonomia dos camponeses.

Alguns jovens conseguem ampliar o leque de discussão na comunidade, sobre o tema Agroecologia, através de palestras nos grupos de jovens, fitas de vídeo e ou em pequenas unidades demonstrativas em seus lotes. Este fato, além de positivo, demonstra que os jovens estão preocupados em repassar seus conhecimentos para a comunidade.

Nas unidades demonstrativas, de aproximadamente 400m², os(as) jovens corrigiram o solo com cinza, húmus (produto da compostagem e ou do minhocário) e plantio de leguminosas, como a mucuna cinza (*Mucuna sp.*). Após as correções do solo, plantaram as principais culturas de subsistência, mandioca (*Manihot esculenta*), feijão (*Phaseolus vulgaris*), milho (*Zea mays*, (L) cv. BR 106) e arroz (*O. sativa*). Os resultados das unidades demonstrativas foram sistematizados com o propósito de serem apresentados em seminário para os demais colegas. A Agroecologia utiliza-se de recursos naturais disponíveis no meio, não modifica tão agressivamente os recursos naturais. Como recomendado por Altieri (2000), procura manter a produtividade agrícola com o mínimo possível de impactos ambientais e com retornos econômico-financeiros adequados, promovendo o desenvolvimento local.

A partir dos dados levantados, constata-se que 64% das famílias têm na bovinocultura de leite a atividade principal, ou seja, desta percebem sua maior fonte de renda ficando a lavoura em segundo com 12%, (gráfico 02), semelhante à que registrou Caldas, (2003), no sentido de que 56,72% dos estabelecimentos rurais de Campo Grande exploram a pecuária leiteira. Michels (2003), Sório (2003), como já descrito atrás, descrevem algumas razões relacionadas a migração da pecuária leiteira para a região centro-oeste.

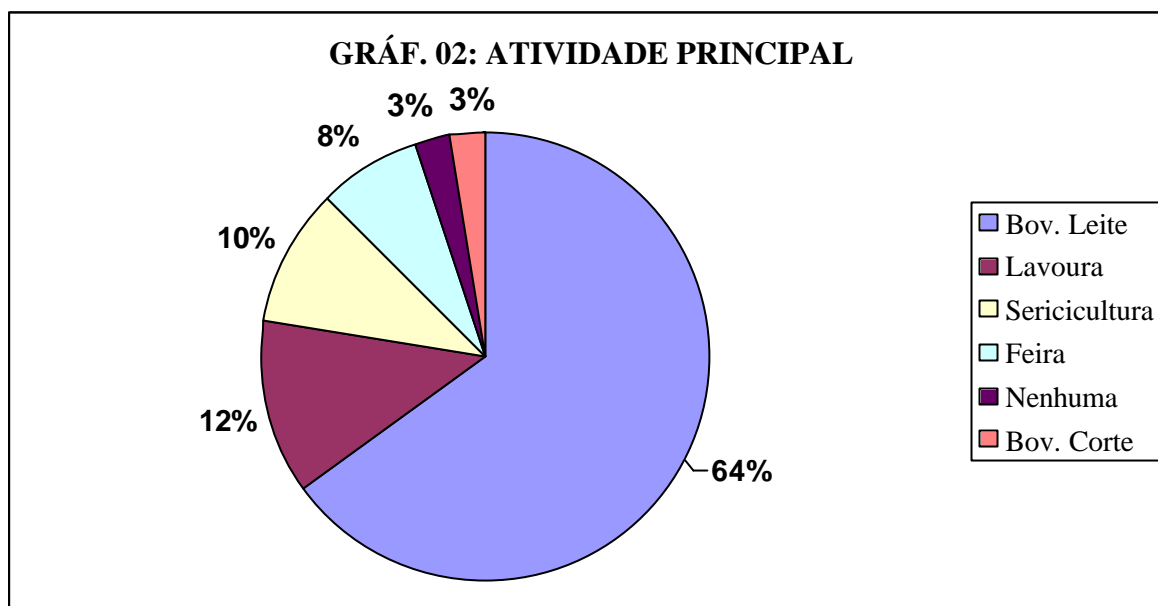


Gráfico 2. Atividades rurais geradoras de renda (monetária) dos assentamentos de origem de alunos da EFA – COAAMS em estudo. Mato Grosso do Sul, 2002.

Não é difícil constatar que a pecuária de modo geral nos assentamentos é praticada com baixo uso de tecnologia, causando degradações locais, quando poderia ser uma alternativa de desenvolvimento local. Famílias chegam a perder de 10 a 30% de seu rebanho quando enfrentam período de seca mais severo.

Do levantamento constata-se que apenas 35% das famílias têm “capineira”, plantio de forrageira com a finalidade de suplementar os animais, porém não há muita preocupação em planejar com antecedência as estratégias que poderão ser utilizadas para melhor aproveitamento no período da escassez. Esta é uma situação que contribui para o baixo desempenho da atividade do gado leiteiro no Mato Grosso do Sul.

Por ocasião das visitas nos lotes das famílias, constatou-se que as pastagens nos assentamentos são manejadas extensivamente. Primavesi (1999) afirma que o pastoreio permanente deterioriza a flora pastoril, proporcionando uma pecuária pouco próspera. O pastoreio contínuo é a causa primordial da degradação das pastagens. É através do pastoreio, baseado nas quatro leis de André Voisin, já descritas atrás, que constitui o mais apropriado ferramental para o manejo correto das pastagens, Sório Jr. (2003), Voisin (1967); Romero (1994); Melado (2000); Machado (2004). Ou seja, é uma alternativa de manejar sustentavelmente as pastagens.

O planejamento alimentar é uma das ferramentas que está à disposição dos técnicos e agricultores para auxiliar na tomada de decisões. Para Sório Júnior (2003), uma vez caracterizado o crescimento médio das pastagens, pode-se identificar os meses de maior ou menor oferta de pasto, o que permite então, planejar a melhor forma de aproveitar o excedente sob forma de feno ou pela utilização de animais temporários. Permite inclusive preparar-se para os meses de escassez suplementar com feno estocado na época de maior oferta ou outras fontes, tais como silagem e rações, quando os preços destes forem convenientes.

Aliás, a questão do leite em Mato Grosso do Sul mereceu instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito pela Assembléia Legislativa. A EFA-COAAMS também deve dar respostas positivas a esta situação.

As técnicas agro-ecológicas, ainda são pouco aplicadas nas atividades responsáveis pela geração de renda nos lotes, tanto na bovinocultura de leite como nas culturas de feijão, milho, arroz e soja, sendo uma alternativa que poderia oportunizar a ruptura com a agricultura convencional. Mesmo sendo um processo contrário ao que está posto, muitas vezes com desgastes para os agricultores, seria uma oportunidade de exercitarem modos de vida em que os atores sociais passam a ser os sujeitos dos processos, através da produção familiar ou coletiva, aumentando as inter-relações do meio.

Daí o desafio de a pesquisa e extensão rural pública, as organizações dos agricultores e entidades afins repensarem metodologias de estender ao agricultor as tecnologias para o desenvolvimento do meio, a exemplo da pesquisa participativa, com dias de campo onde as avaliações dos cultivares são realizadas com os agricultores. Os conhecimentos passam a ser gerados com as comunidades e não para as comunidades, os atores locais são os sujeitos ativos da geração de novos processos. Situações que contemplariam, em parte, o conceito de Desenvolvimento Local, encontrado em Ávila et al. (2000: 68-69), como sendo o efetivo desabrochamento de uma comunidade-localidade, através de suas capacidades, competências e habilidades,

[...] no sentido de ela mesma mediante ativa colaboração de agentes externos e internos – incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro daqueles que se lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento

dos potenciais próprios – ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade, assim como a “metabolização” comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidade e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito.

Paulo Freire (1992), também argumenta que enquanto o agricultor não perceber a realidade como totalidade, na qual a parte está inserida, este estará impossibilitado de exercer uma ação mais eficaz sobre a mesma. Se uma comunidade não for liderada para uma visão da totalidade, dificilmente irá se “desabrochar” para o desenvolvimento local. As mudanças ocorrem na medida em que houver mudança cultural especialmente a cooperação, que pode vir a ser uma base sólida para o desenvolvimento.

A EFA – COAAMS nas atuais circunstâncias, não consegue isoladamente realizar efetiva extensão rural que possibilite o desenvolvimento do meio. Principalmente porque ao analisar as distâncias físicas entre a EFA – COAAMS das Associações dos assentamentos, constata-se que 46% dos alunos residem a mais de 400 km da EFA – COAAMS, (gráfico 03). Isso contraria as originais características dos CEFFA’s, conforme já descritas no referencial teórico, [...] é uma pequena estrutura escolar, próxima das pessoas, na qual cada um é valorizado e que baseia seu funcionamento na densidade e na qualidade das relações humanas; [...] estrutura-se numa Associação de pais e outros agentes do meio. A Associação constitui um lugar de intercâmbio, reflexão, exercício da responsabilidade, poder, formação e engajamento [...] (GIMONET, 1999: 43-46).

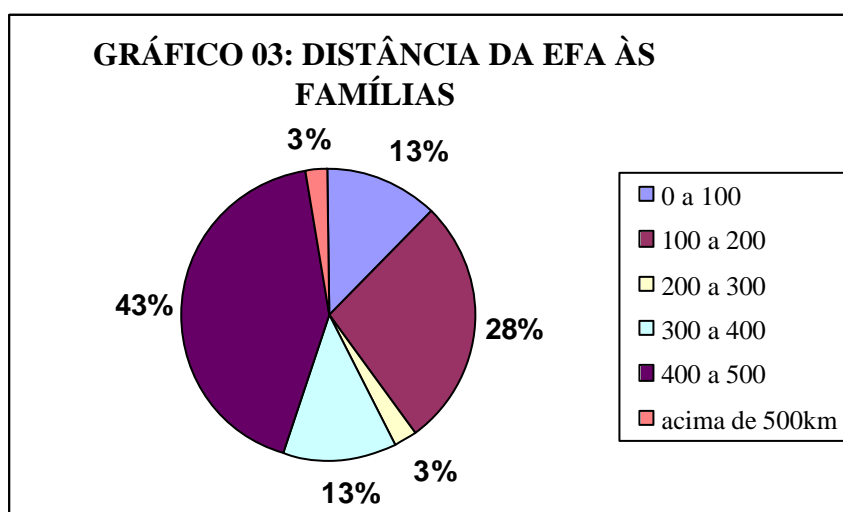


Gráfico 3 Distância da EFA em Km até os assentamentos de origem dos alunos da EFA - COAAMS. Mato Grosso do Sul, 2002.

As distâncias da EFA - COAAMS, as diferentes realidades vividas pelos(as) jovens, por exemplo, a de Corumbá se diferencia em muito da do município de Itaquiraí, pois estão a quase 500 km da EFA – COAAMS, dificultam colocar em prática os dispositivos pedagógicos, como o Plano de Estudo, visita às famílias, projeto sócio-profissional, tutoria. Por outra, é através destes, instrumentos pedagógicos, e com o apoio dos monitores, que o(a) jovem elabora projetos, para ele(a), sua família e o meio em que vive.

O monitor de um CEFFA é quem ajuda na elaboração dos projetos; mas para auxiliar necessita conhecer o meio e participar “[...] ativamente das ações de desenvolvimento técnico e econômico das propriedades [...]”.FORGEARD,1999: 71). Em relato pessoal Rocha (2004)¹⁸ manifesta sua preocupação de os(as) jovens não conseguirem desenvolver melhor seus projetos, em parte porque a EFA - COAAMS não pode disponibilizar um monitor, por falta de recursos, para realizar vistorias rotineiras por ocasião da estada dos(as) jovens em seu meio.

A fragilidade das capacidades e competências nos assentamentos, também é percebida pelo relato da dificuldade ou quase impossibilidade que a maioria dos alunos têm em desenvolver atividades no lote, que proporcione melhor qualidade de vida. Argumentam que não há recursos monetários disponíveis, ou seja, percebem que têm potencialidade para desenvolverem atividades que contemplariam seu Projeto Sócio-Profissional:

Estar em situação concreta de trabalho corresponde a uma necessidade sentida por uma maioria de adolescentes que procuram exercitar-se, afirmar-se. Estes jovens procuram ao mesmo tempo serem úteis e considerados, sem que por isso queiram reproduzir o que os adultos ditam. A Alternância permite aos jovens participar da vida dos adultos através de um trabalho real Tanton (1999: 101).

Porém as transformações nas famílias, comunidade, associação, etc., nem sempre aparecem como as lideranças da EFA – COAAMS que muitas vezes esperariam que ocorressem. Furtado (2000: 61) preconizam que é:

[...] importante lembrar, que em muitas situações de desenvolvimento local, é preciso tempo para que os atores cheguem á compreensão entre si, e da mutualidade de seus interesses: trabalhar juntos, concordar e discordar, chegar a planos comuns e possíveis de se viabilizar, consultar outras pessoas ou instituições e se comprometerem com a ação.

¹⁸ Informação obtida pessoalmente com Prof. Rosalvo da Rocha, presidente da COAAMS, em abril de 2004.

Das atividades que os assentados desenvolvem nos lotes (gráfico 04), além da pecuária (bovinos, aves e suínos) destaca-se o cultivo da mandioca, que é praticado em 85% das propriedades.

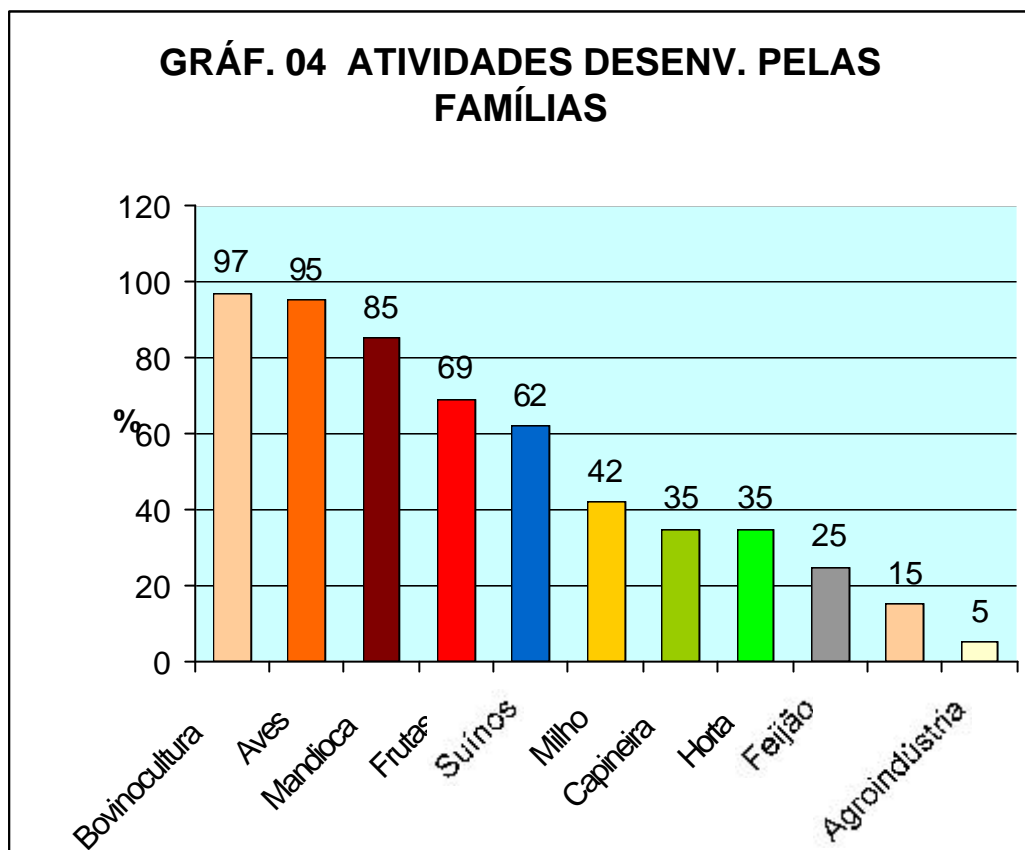


Gráfico 04 Atividades agrícolas desenvolvidas pelas famílias dos assentamentos com alunos na EFA - COAAMS. Mato Grosso do Sul, 2002.

Porém, em termos de culturas de subsistência, apenas 15% das famílias planta arroz e 25% feijão, produtos que mais aparecem no cardápio brasileiro. Alegam não plantar mais essas culturas devido à baixa fertilidade natural das terras em que foram assentadas ou às seguidas frustrações de safras. Constatou-se que alguns pais desconhecem a importância da correção de solo. Deparou-se com casos em que o pai mostrou os resultados e a interpretação da análise de solo, porém, não estava suficientemente conscientizado da importância da calagem de solo. A produção das culturas, por exemplo, do milho foi de 480 kg/ha, arroz 300 kg/ha, ou seja, 10 a 15 % do potencial. O filho de um assentado e excelente aluno na EFA – COAAMS, sabia da importância, mas argumentou que o pai é muito resistente a mudanças.

Situação similar foi também constatada em mais de 60 % das visitas, ou seja, há muita resistência por parte dos mais velhos em discutir com os mais jovens aquilo que estão estudando na EFA-COAAMS, quando deveria existir harmonia entre jovem-adulto, para ambos fazerem da prática uma reflexão teórica que transcenda a realidade da agricultura e do seu lote. Daí a importância de as visitas de monitores serem mais frequentes ou de a EFA estar localizada mais próxima das comunidades, para atender melhor às especificidades do local e desenvolver atividades que contribuam para o seu desenvolvimento.

Os princípios de uma EFA pressupõem estreita relação entre Aluno – Associação – Família. Um dos pré-requisitos, é o de que os pais estejam filiados à associação para garantirem a seus filhos a continuidade de formação. Porém, são raras as associações que realizam regularmente reuniões para tratar assuntos referentes à educação e ao futuro do seu meio (local). A EFA deveria funcionar também como uma escola de pais, pois ela pode mobilizá-los na condição de um agente externo junto ao qual a comunidade busca aprimorar suas capacidades e competências em vista de um futuro melhor.

Segundo Tanton (op. cit.: 103), referindo-se às reuniões regulares das Associações, “[...] estes encontros são frequentemente o ponto de partida para dar início a outros projetos na comunidade, na região”. Uma EFA poderia mobilizar atores locais, parceiros, proporcionando iniciativas de projetos a serviço da comunidade-localidade, ou seja, participar ativamente do desenvolvimento do meio (local).

Também nem todos os alunos conseguem, através dos Planos de Estudos (PE), fazer a ligação Família (comunidade-localidade) e EFA - COAAMS. No entanto, o PE é um dos instrumentos da Pedagogia da Alternância (PA), que aproxima a Família - Comunidade-localidade – EFA. Para Forgeard (1999), a ASSOCIAÇÃO tem papel fundamental para que a EFA exerça uma função ativa no desenvolvimento do meio, pois é um lugar de memória e de recursos. É das pesquisas participativas, Planos de Estudos, Caderno da Realidade que o jovem coleta informações sobre a região. Enfim, são informações que podem ser trabalhadas com as famílias na tentativa de dar respostas às preocupações. Neste sentido uma EFA é caracterizada como sendo uma continuação da família.

Dos dispositivos pedagógicos, o Plano de Estudo é o principal, pois é através dele que o aluno traz para a escola os principais problemas, aspirações e potencialidades do meio. É a partir dos fatos e dados levantados que tenta reconstruir o processo produtivo local, ou seja, uma nova organização do trabalho que vise melhorar cada vez mais os meios de produção e de uso racional, dos recursos naturais e do trabalho. Essa forma de organização “científica” do trabalho se opõe ao modelo dominante, que tem como finalidade única identificar a produção, reforçando a exploração da mão-de-obra para (apenas) aumentar os lucros ¹⁹.

O desafio das associações rurais, em princípio, é o de formar seus próprios atores, endogeneizando mais capacidade, competências e habilidades. Sem a mudança do ambiente educacional no meio rural não são possíveis a promoção e o desenvolvimento do meio, porque não é possível separar o desenvolvimento da formação e da atuação dos jovens com suas famílias e separar suas comunidades de seu meio. A escola, sendo um mundo separado da vida das pessoas, passa a ser um elemento a mais de exclusão²⁰.

Nas visitas pré-agendadas com os alunos, em todas as famílias as atividades do lote (sítio) eram suspensas para aguardar nossa chegada, tal era a importância que a família tem para com a EFA. No apêndice “B” encontram-se 03 avaliações dos alunos sobre as visitas realizadas pelos monitores(as) pesquisadores.

Segundo Pistrak (1925), há um critério para saber identificar se o trabalho da escola atinge ou não seus objetivos culturais: é a atenção à estima da população. Se a população estima, ama sua escola, é porque a instituição está à altura de sua tarefa social; caso contrário temos a prova de que o trabalho da instituição está mal organizado pedagogicamente.

A “visita às famílias” é um dos instrumentos da Pedagogia da Alternância que possibilita à EFA – COAAMS avaliar *in loco* o que efetivamente o(a) jovem, família e comunidade estão praticando a partir dos dispositivos pedagógicos. Também para levantar os problemas e sugerir soluções de melhorias com o(a) aluno(a), família e a comunidade. A

¹⁹ Informação obtida no curso de formação para Monitores, ministrada por AEFACOT, Goiânia, em agosto de 2002.

²⁰ Informação obtida na aula Teoria do Desenvolvimento Local, UCDB, ministrada pelo Prof. Ph.D. Vicente F. Ávila, em Outubro de 2002.

aplicação do dispositivo pedagógico na EFA - COAAMS ainda é um tanto precário, uma vez que apenas um ou dois monitores as realizam, somente uma por ano (em 2001/2002).

Algumas Manifestações de Pais/Mães:

1. Gecinta Norini da Silva – Assentamento Sul Bonito – Itaquiraí

“Muito bom, melhorou a convivência. Se não estivesse na EFA não estaria em casa. Desenvolveu tanta coisa no lote, plantou guandu, feijão-de-porco, [...]. A reunião na casa da família do Marcelo - (reunião da EFA – COAAMS com as famílias da comunidade) – foi muito importante”.

Percebe-se que, se não fosse a EFA – COAAMS, o filho não estaria mais no meio rural, ou seja, seria mais um dos que provavelmente estaria vivendo no meio urbano. Durante a entrevista, a mãe fez questão de destacar que seu filho valorizou muito o curso de Inseminação Artificial. Pode-se deduzir, também, que o aluno dá muita importância ao projeto sócio-profissional, quando faz questão de comentar com os pais que gostou muito do curso que fez. Uma vez que a Inseminação Artificial pode representar uma oportunidade a mais de ocupação no seu meio.

2. Sr. Francisco João Ferreira – Assentamento Conquista - Campo Grande

“A EFA mantém a filha com interesse pela terra, para mim é importante, alguém tem que dar continuidade, ela tem vontade, sabe que vai dar continuidade. Está desenvolvendo bem, empenhada a respeito do gado, [...]”.

3. Sr. Antônio Baroni da Rocha – Assentamento Padroeira do Brasil - Nioaque

“A escola do sonho que o pai e outros pais almejam para o filho. É a escola que tem conteúdos da realidade. Com a expulsão do homem de certa forma corresponde à permanência dos jovens agricultores na propriedade, [...]”.

“A Agroecologia, a produção é baseada na sustentação da família. Além da sustentação das pessoas, ocupa a mão-de-obra na família, é uma saída que nos é oferecido, [...]. Enquanto outras escolas não dão essa continuidade, com propostas para o campo. Outra

coisa muito importante é o estudo, a visão que os alunos adquirem sobre Agricultura Familiar, [...]”.

4. Outras manifestações:

✓ “Meu filho melhorou muito, ajuda fazer mais coisa em casa, entende melhor nossa situação, antes brigava muito, [...]”;

✓ “Conversa mais com a gente sobre as coisas do lote [...]”;

✓ “Fala melhor, se desenvolveu muito,”referindo-se a palestra realizada na comunidade, (escola Grupo de Jovens) ;

✓ “Sabe explicar as coisas para os outros...”;

✓ “Nos ensinou que dá para fazer muita coisa para melhorar a produção, como a urina de vaca, biofertilizante sem prejudicar a gente, [...]”.

Quando questionados se a situação deles melhorou depois que conseguiram a terra, se valeu a pena toda a espera pelo lote, a resposta da grande maioria (mais de 80%) foi “Sim”, inclusive fazendo questão de deixar claro que ali é o lugar deles e todo esforço valeu a pena.

3.3. A EFA-COAMS E A FIXAÇÃO DO JOVEM NO CAMPO E A QUESTÃO GÊNERO.

Das 40 famílias analisadas, constata-se que o número de filhos por família é de 5,35, conforme demonstrado no GRÁFICO 05.

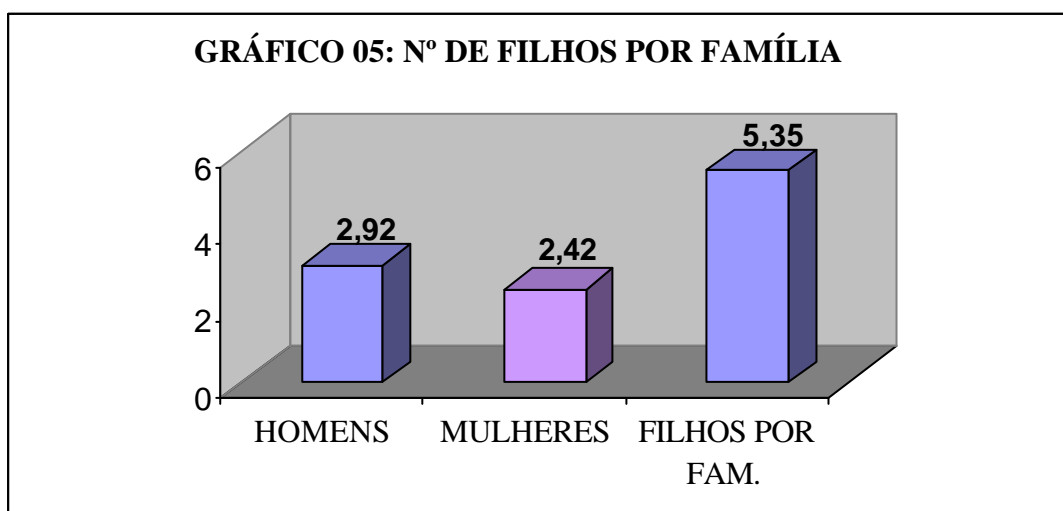


Gráfico 5 Número de filhos das famílias dos alunos da EFA – COAAMS, nos assentamentos em estudo. (Mato Grosso do Sul, 2003).

Outro dado relevante é que 61% dos filhos ainda residem com os pais, mais de 3,2 por família, conforme demonstrado no GRÁFICO 06.

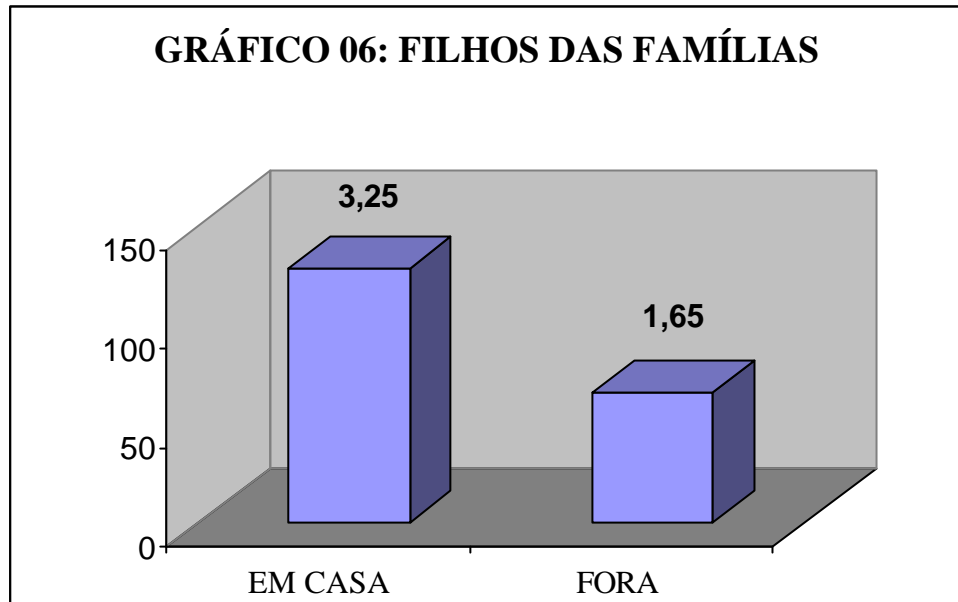


Gráfico 6 Localização dos filhos em relação à família, nos assentamentos, frequentadores da EFA – COAAAMS. (Mato Grosso do Sul, 2002).

Na EFA-COAAMS, há uma grande desproporcionalidade entre alunos homens e mulheres, estas são apenas 30%. No entanto, na seleção não há parâmetro quanto ao gênero. Do levantamento realizado constata-se que filhos do sexo masculino permanecem mais com as famílias que do sexo feminino: 61% dos filhos que se afastam de suas famílias são mulheres, conforme demonstrado no GRÁFICO 07, embora proporcionalmente nessas famílias os filhos do sexo masculino representem 54,58%, e do sexo feminino 45,42%, praticamente invertendo a proporcionalidade de permanência no meio rural acima referida.

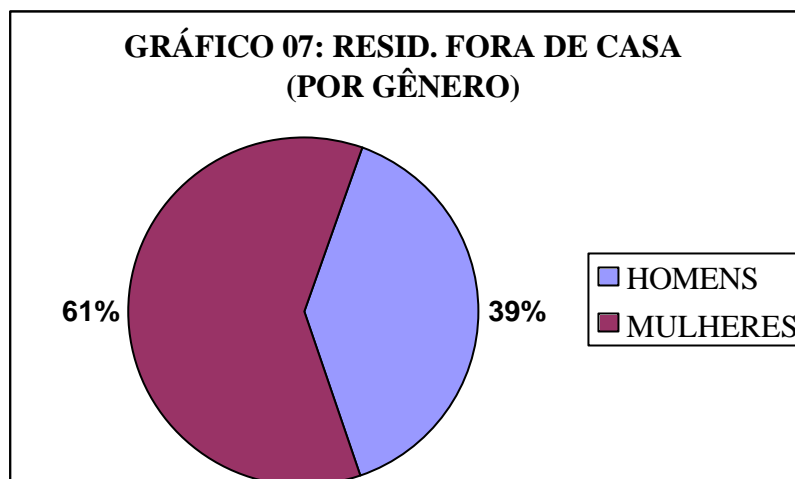


Gráfico 7 Filhos e filhas que se afastam das famílias, com alunos frequentadores da EFA – COAAMS. (Mato Grosso do Sul, 2003).

A questão de gênero no meio rural vem ultimamente sendo debatida em vários níveis, mas a discriminação ainda se mantém, “[...] colocam-nas fora de jogo como produtoras com acesso a terra, processadoras de alimentos, como sujeitos com direitos, enfim, como pessoas, enquanto que as novas definições destes afazeres são determinadas pelo mercado e não pelas pessoas do campo” (RODRIGUEZ, 2004: 33).

Mello et. al. (2003), em estudos realizados sobre sucessão hereditária e reprodução social da Agricultura Familiar no oeste de Santa Catarina, constataram que existe uma desigualdade entre os gêneros manifestada nas respostas quanto ao processo sucessório e o sentimento generalizado entre as lideranças femininas regionais de que o viés de gênero prejudicial às moças ainda é dominante nos processos sucessórios.

Dos egressos da EFA – COAAMS, que responderam o questionário, 61% dos(as) jovens residem no meio rural (gráfico 08). Os demais 39% estão residindo no meio urbano, porém, constatou-se que 32% destes 39% exercem atividades ligadas ao meio rural, GRÁFICO 09.

Constatou-se, ainda, que dos acima mencionados 32 %, 29% exercem atividades ligadas à Agricultura Familiar. A maioria está ligada a Entidades de Assistência Técnica oficial (IDATERRA, IAGRO e outros). Esses 29% são jovens que poderiam estar exercendo essas funções em seu meio, uma vez que se constata que os assentamentos carecem muito de

capacidades, competências e habilidades. Se forem somados aos 61% de jovens que residem no meio rural também esses 29% que exercem atividades na Agricultura Familiar, a principal razão de ser da EFA – COAAMS estaria sendo cumprida, inclusive de acordo com Calvó (1999:24):

Existe desenvolvimento, se a situação sócio-econômica permite aos jovens permanecer em seu meio com uma qualidade de vida similar à do resto dos cidadãos de um país.

Se os jovens se formam e evoluem, mas seus respectivos meios não avançam com o mesmo ritmo, se cria então um motivo a mais de distanciamento, que acabará por expulsá-los por disparidade de projetos.

Não há desenvolvimento local se as pessoas não se desenvolvem, como também não há desenvolvimento das pessoas se o meio não se desenvolve. Nesta perspectiva, a Pedagogia da Alternância busca casar a formação com o desenvolvimento local.

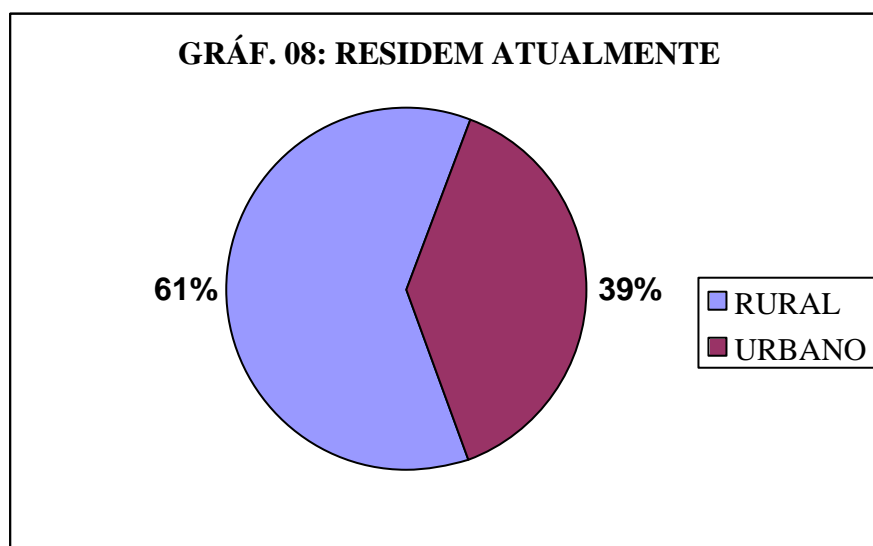


Gráfico 8 Localização atual dos jovens egressos da EFA -COAAMS. (Mato Grosso do Sul, 2003).

Quanto à formação no meio rural, se for estritamente profissional e não estiver associada à permanente busca de oportunidades locais de desenvolvimento, oportunizando ao jovem alternativas para desenvolver seu projeto de vida, o(a) jovem passa a pensar que para conseguir ascensão social terá que sair do local (ABRAMOVAY, 2000; ÁVILA, 2003; FREIRE, 1992).

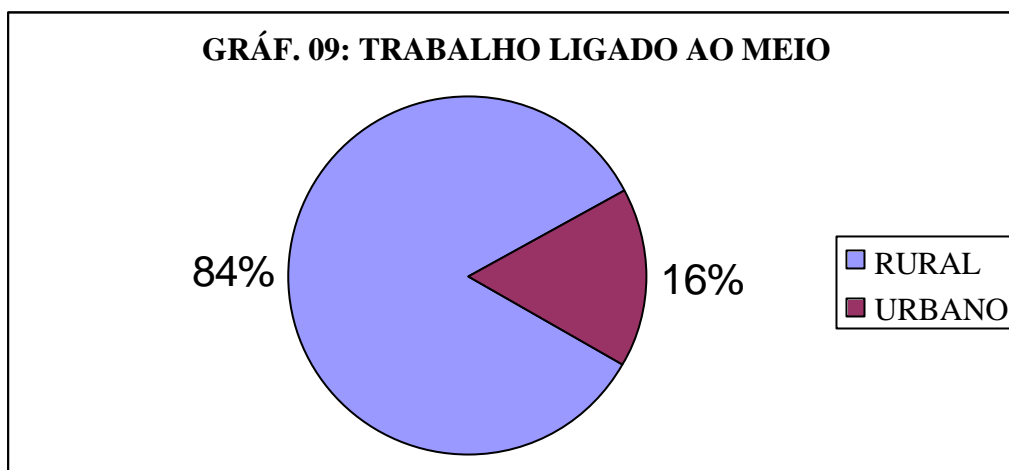


Gráfico 09 Jovens assentados que frequentaram a EFA, que residem no meio urbano e hoje trabalham com atividades ligadas ao meio rural e urbano (Mato Grosso do Sul, 2003).

É necessário criar políticas públicas que contemplem esses(as) jovens, possibilitando a eles serem os verdadeiros atores do desenvolvimento local, como recomenda os princípios do desenvolvimento local nas opiniões de Ávila (2000), Freire (1992), Altieri (2000).

Participação nas Organizações

Da participação dos egressos em organizações comunitárias, movimentos, sociais, clubes ou outras organizações, constata-se que quem permanece ligado à Agricultura Familiar participa das organizações. No GRÁFICO 10 são apresentadas as organizações em que participam, com destaque para participação em grupo de jovens e Associação do Projeto de Assentamento.

Constatou-se que os assentados participam mais das organizações ligadas ao assentamento das que se situam fora. No GRÁFICO 10 pode-se observar que não há participação nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR's), por exemplo. Há quem argumenta que os assentados são vistos pelos antigos moradores do local como os de "fora". Por outro lado, os assentados não criaram ainda um sentimento de pertença ao local e de identidade territorial, que são princípios fundamentais para o desenvolvimento local. O

sentimento de pertença ao lugar, caracterizado por uma relação afetiva com o espaço organizado, onde as pessoas se identificam como sendo parte do meio²¹.

É no seu meio que o homem manifesta todas as suas dimensões a partir de sua cultura, tradição, língua e hábitos que foram construídos ao longo do tempo, influenciados pelas diferentes escalas humanas. Reiterando, a tendência é de as pessoas se apropriarem daquilo que as identifica, pois é da apropriação que ocorre a transformação do lugar. O desenvolvimento humano é fortalecido quando as comunidades se sentem apoiadas em suas próprias iniciativas. Ocorre o contrário quando as iniciativas locais são desconsideradas²².

Das famílias pesquisadas constatou-se que as distâncias dos lotes até a sede do município variam de 1 a 100 km; em média estão a 33,9 km. Ou seja, há o distanciamento físico relativamente grande dos principais centros consumidores de produtos produzidos nos lotes dos assentamentos. Um obstáculo que poderia ser superado se houvesse mais organização e mobilização dos atores locais no sentido de articular uma ação harmônica entre padrões de produção, consumo e sociabilidade dos espaços rurais, urbanos e de fronteira (urbanos), seria o de viabilizar a complementabilidade ativa entre esses espaços.

Por outro lado, há carência de mais estudos para analisar os esforços que vêm sendo realizados, por parte dos assentados, no sentido de se integrarem com a cidade e o mundo urbano e da criação de formas associativas locais em função dos assentamentos.

Durante a pesquisa, os assentados manifestavam claramente que não confiavam nas Associações. Talvez por terem sido originalmente concebidas por interesses imediatistas, como obtenção de algum tipo de benefício junto às instituições do poder central e não nascidas a partir de necessidades e capacidades endógenas do meio.

²¹ Obtida na aula do curso de Mestrado em Desenvolvimento Local, ministrada pelos professores Dr. Sérgio Martins, outubro de 2002 e Dr^a Cleonice^a Bourlegat, UCDC, novembro de 2003.

²² Obtida na aula do Mestrado em Desenvolvimento Local, Prof. Dr. Antônio J. Brand, UCDB, em novembro de 2003.

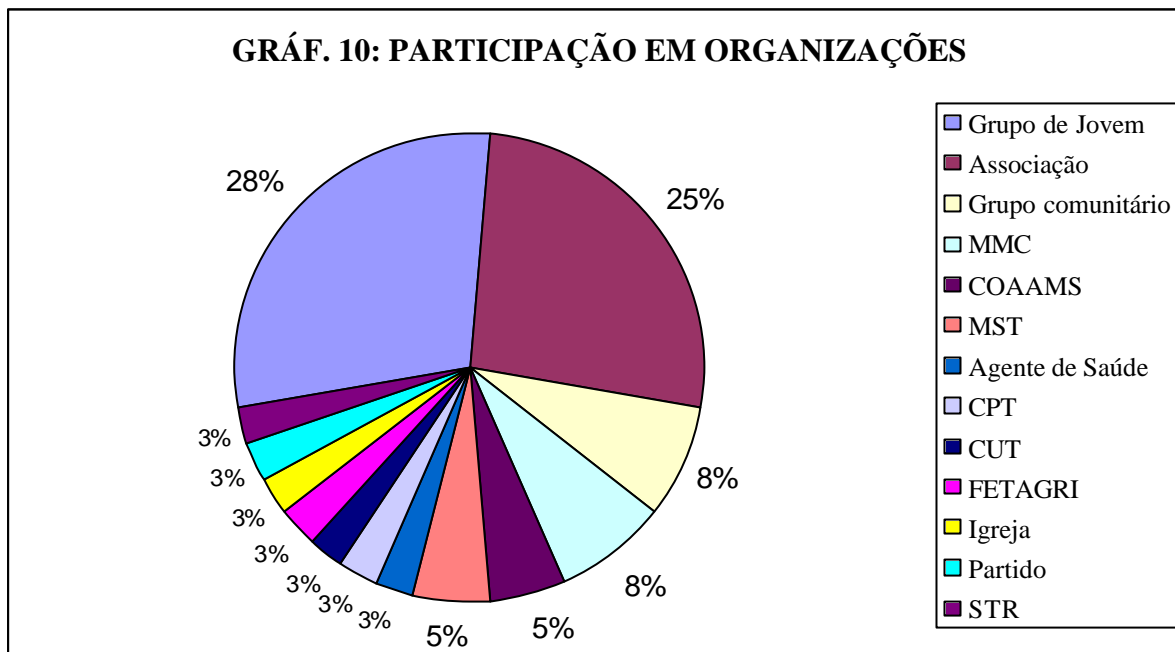


Gráfico 10 assentados que frequentaram a EFA em organizações sociais. (Mato Grosso do Sul, 2003).

Ainda persiste, na consciência da maioria, que é necessário produzir apenas para o mercado mas não conseguem competir, e daí o desânimo. O individualismo é uma das principais causas da resistência em trabalhar coletivamente. As organizações locais, associações, sindicatos, cooperativas encontram-se fragilizadas, situação que contribui para a insustentabilidade do local (MANOSSO, 2002).

Para Putnam (1996), a capacidade associativa favorece o desempenho das instituições da sociedade, do governo e da economia, a exemplos como os do Norte da Itália. Lá as regras de reciprocidades e os sistemas de participação das pessoas são caracterizados por fortes vínculos de organizações associativas, como as sociedades de mútua assistência, clubes de futebol, confrarias, grêmios. Nas do Sul, ocorreu o oposto, resultando desconfiança entre as pessoas, transgressão de regras, redes verticais de interação, corrupção, desordem, criminalidade e atraso.

Em relação aos ex-alunos, pôde-se constatar, no item em que avaliaram a participação dos assentados nas suas organizações e que atribuíram nota, numa escala de 1 a 10, que a nota atribuída por um grupo foi superior em mais de 22% em relação a dos demais. São jovens que se organizaram em grupo, quando ainda eram alunos na EFA - COAAMS

para reivindicarem terra. Atualmente estão assentados e organizados em uma Associação coletiva de produção, AFCAFAT (Associação Coletiva dos Agricultores Familiares do Assentamento Terra Solidária), município de Sidrolândia.

O modelo de desenvolvimento vigente é excludente, portanto, no novo paradigma de desenvolvimento é indispensável a participação direta das pessoas do meio através de iniciativas pessoais, através da participação dos agricultores familiares na transformação como sendo sujeitos ativos nos processos.

A nova forma de organização do trabalho requer a participação da família, da comunidade-localidade. Enquanto os atores locais não se entusiasmarem em torno da idéia do novo paradigma de organização do trabalho, dificilmente ocorrerá o desenvolvimento daquele meio. Portanto, permanece o desafio em incentivar os agentes locais (alunos, famílias, comunidades) a assimilarem e a levarem à prática as idéias do novo paradigma de desenvolvimento. Quanto a EFA – COAAMS recai-lhe a responsabilidade de redimensionar o trabalho escolar e toda a prática na escola, de acordo com o novo paradigma de desenvolvimento.

Os processos de Desenvolvimento Local, nas comunidades e associações podem visar também um trabalho de transição como Agro-ecológico, aliado à estruturação das cadeias produtivas das redes de cooperação. Mas isso somente será possível se os atores locais forem capacitados, receberem acompanhamento técnico e apoio financeiro.

A Agricultura Familiar vem encontrando alternativas para seus problemas, principalmente quando seus atores conseguem organizar-se e lutar por conquistas, fortalecendo dessa forma suas organizações. Um dos desafios das associações rurais ainda é, sem dúvida, formar seus próprios atores a partir da educação que atenda às especificidades do meio rural. Sem isso, não é possível a promoção do desenvolvimento do meio.

A EFA - COAAMS não pode apenas visar à melhoria dos resultados produtivos. A jornada de trabalho no âmbito da Agricultura Familiar é intensa, porém, mesmo produzindo bem e melhor, boa produtividade agrícola na maioria das vezes não alcançam a melhoria da qualidade de vida, porque o retorno percebido daquilo que se produz tem pouco valor agregado, a maior parte do resultado de seu trabalho fica com as grandes companhias ou

agentes financeiros. Daí a importância em reconhecer a necessidade de mudança, ou seja, o desenvolvimento da cooperação nos processos produtivos que proporcionam à Agricultura Familiar uma nova forma de vida. É um trabalho intelectual necessário para fortalecer a base dos novos paradigmas de Desenvolvimento Local, significando, portanto progresso cultural da Agricultura Familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para haver uma efetiva extensão rural nas comunidades de Agricultores Familiares é necessário renovar a pesquisa, a educação rural e principalmente repensar metodologias apropriadas, do contrário não haverá uma harmonização das práticas agrícolas com os biomas nativos, desenvolvimento econômico, social e cultural.

Acredita-se que a EFA - COAAMS seja meio difusor de novas tecnologias ecologicamente corretas, que valorize o(a) jovem do campo, proporcionando maior auto-estima ao futuro(as) Agricultor(a) Familiar. Além disso, que ela incentive a participação dos pais, estimule a solidariedade entre os agricultores e as trocas de experiências. Utilizando a técnica de instalação de unidades experimentais e demonstrativas nos quais possam testar e observar técnicas alternativas, adaptadas à sua comunidade-localidade. Envolvendo a família e a comunidade no processo e garantindo a continuidade mesmo quando os agentes externos, os monitores, se retiram.

Os princípios do novo paradigma de Desenvolvimento Local devem permear: todos os conteúdos disciplinares; o Plano de Estudo; Tema Gerador e o Plano de Formação, para despertar nos alunos cada vez mais interesse pelo assunto. Portanto, à EFA – COAAMS cabe a responsabilidade de fazer emergir no aluno a compreensão da realidade em que vive, introduzindo a juventude em atividades socialmente úteis e necessárias para o desenvolvimento do seu meio.

A EFA – COAAMS é uma escola que tem um raio de abrangência acima de 450 km, o que, reiterando, contraria as características de um CEFFA, assim descrito por Gimonet (2004: 43) “[...] como sendo uma pequena estrutura escolar, próxima das pessoas, [...] oportunidade para assumir seus destinos e a educação de seus filhos. É assumir um poder”. Ou seja, cada EFA deveria ser criada e assumida por pessoas do lugar, para o lugar e em vista de um futuro melhor.

A distância física é talvez a principal dificuldade da EFA – COAAMS, para alcançar a eficiência os dispositivos pedagógicos, como “visita as famílias”, “estágio”, vinculado ao plano de estudo para orientar o (a) jovem no “projeto profissional”. Uma vez que são os dispositivos pedagógicos da Pedagogia da Alternância, que proporcionam uma estreita ligação com a comunidade, capazes de gerar conhecimentos com a família, associação, comunidade, etc. necessários para o desenvolvimento local.

De certa forma, procede a preocupação, por parte de algumas lideranças da EFA-COAAMS, de que não estaria atingindo totalmente o propósito inicial de realizar *indiretamente uma verdadeira extensão rural*, num processo formativo sem imposição e transferências de “pacotes tecnológicos”. As famílias e comunidades riam “endogeneizando” capacidades, competências e habilidades, tornando-se sujeitos de sua história, conquistando cada vez mais qualidade de vida no seu meio.

Ações dos jovens rurais, como participar nos grupos de jovens, associações, grupos comunitários, etc. são iniciativas que começam a criar laços de confiança e cooperação entre os assentados. Sua participação ativa proporciona desenvolvimento endógeno, que fortalece cada vez mais o poder do seu meio (local), e aos poucos, substitui alguns aparelhos assistencialistas e paternalistas de estado.

De acordo com os dados levantados no período de 2002 e 2003, sobre a localização dos egressos da EFA – COAAMS, constatou-se que mais de 61% desses(as) jovens permaneceu no meio rural. Dos 39% que residem no meio urbano, a grande maioria, 32%, exercem atividades ligadas ao meio rural e desses mais de 29% ligadas à Agricultura Familiar. Praticamente 90% dos egressos exercem atividades como produtores rurais ou técnicos de empresas públicas.

Para a maioria dos(as) jovens, freqüentar a EFA – COAAMS pode significar, além da obtenção de um certificado de técnico(a) em agropecuária, que dá o direito a uma ocupação profissional, uma oportunidade em adquirir conhecimentos para realizar seu projeto de vida como Agricultor(a) Familiar com grau maior de instrução.

Ao analisar a localização dos(as) jovens por gênero, constata-se que, assim como em outras regiões do país, a proporcionalidade de jovens que deixam o meio familiar é maior entre as mulheres, ou seja, está ocorrendo uma “masculinização” do campo. Daí o desafio da sociedade e, principalmente das mulheres, através de suas organizações como o MMC, em atuar nas causas desse fenômeno para equilibrar essa situação.

Pois atualmente percebe-se fragilidade das associações para criarem atividades inovadoras. Portanto, formação intermediária (nível médio) e a capacitação das potencialidades são fatores estratégicos para o alcance do desenvolvimento local e maior capacidade em se organizarem.

Para as EFA`s, é fundamental criarem parcerias com os meios universitários e órgãos de pesquisa. No percurso histórico constata-se que foi através dessas interações que os dispositivos pedagógicos da Pedagogia da Alternância, foram sendo aperfeiçoados e adaptados às diferentes realidades, para: atender às especificidades de cada EFA, melhorar os mecanismos de capacitação dos atores locais e realizar indiretamente a extensão rural.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1988.

_____. **O capital social dos territórios**: repensando o desenvolvimento rural. Economia aplicada – volume 4 n° 2 abril/ junho 2000.

AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: **Desempenho do comércio exterior**. Brasília: 2004. 104p.

ALMEIDA, A E NAVARRO, Z. (orgs.) **Reconstruindo a Agricultura**: Idéias e Ideais na perspectiva do Desenvolvimento Rural Sustentável 2ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

ALTIERI, M. A; MASERA, O. **Desenvolvimento rural sustentável na América Latina** : construindo de baixo para cima. In: ALMEIDA, A.; NAVARRO, Z (orgs.) **Reconstruindo a Agricultura**: Idéias e Ideais na perspectiva do Desenvolvimento Rural Sustentável 2ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

_____, **Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável** – 2º ed. – Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2000.

ÁVILA, V. F. de et al. **Formação educacional em desenvolvimento local**: relato de estudo em grupo e análise de conceitos. Campo Grande: UCDB, 2000.

_____ **Cultura, desenvolvimento local, solidariedade e educação.** In: I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Local O desenvolvimento na perspectiva do desenvolvimento humano, 01., 2003, Campo Grande. **Conferências.** Campo Grande: UCDB, 2003. Disponível em: <<http://www.ucdb.br/coloquio/por/index.php?menu=conferencias>>. Acesso em: 07 dez. 2004 às 6:10

BERGNAMI, J. B. **Os Instrumentos Pedagógicos Específicos.** Caderno da realidade - Caderno didático. Disponível em: <<http://www.unefab.org.br/home/eixo>> acessado em 15 jul. 04

BITTENCOURT, Gilson A. et al., **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil** – projeto de Cooperação INCRA/FAO. 1999.

BLUMER, H. e ROBERT, E. P (org.) **Social Movements.** An Outline of the Principles of sociology, Bornes Noble, Nova York, 1939. Trad. Pereira. **Em Subdesenvolvimento e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1976.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Estatuto da Terra. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em <<http://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/serc/legato.nsf/>> acessado em 08 ago 04.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável.** Projeto de cooperação técnica INCRA/ IICA, Brasília: 1999.

BURGER, A. **Agricultura brasileira e reforma agrária, uma visão macroeconômica.** Guaíba: Agropecuária, 1999. 74p.

BÚRIGO, F. L. **Cooperativa de Crédito Rural: Agente de Desenvolvimento Rural ou Banco Comercial de PEQUENO porte?** Florianópolis, CCA/UFSC, 1999. Tese de mestrado.

CALDAS, R. R. P. **Levantamento da situação dos pequenos produtores de leite do município de Campo Grande, MS, e perspectivas de desenvolvimento local.** UCDB, Campo Grande: 2003 . (Tese de mestrado)

CALVÓ, P.P. **Centros familiares de formação em alternância**. In: Primeiro Seminário Internacional sobre Pedagogia da Alternância - UNEFAB, Salvador:1999.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**; uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1999.

CARDIM, S. E. de S.C. et al. **Análise da estrutura fundiária brasileira**. INCRA - Departamento de Análise Estatística.disponível em <http://www.maurolemes.hpg.ig.com.br/analiseestruturafundiaria.htm>. Acessado em 16 ago. 04

CASAROTTO Fº, Nelson e PIRES, L. H.– **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local** – estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana –São Paulo: Atlas, 1998.

COSTA, Cesar Augusto; PAULITSCH, Robinson Jorge, VICENTE, Gilberto Tadeu **Diagnóstico dos aspectos críticos que afetam o desenvolvimento local do município de Camapuã- MS**: estudo acadêmico de caso. In SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, 2.,2000,Campo Grande, MS: UCDB, 2000. p. 10-29.

DURSTON J. **Juventude e agricultura familiar** – Desafios dos novos padrões sucessórios.

EMBRAPA GADO DE LEITE - Sistema de Produção de Leite (Cerrado)- CARVALHO, L. A. et. al. Disponível em <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/LeiteCerrado/index.html> acessado em 21 jul. 04 9:20

FERNANDES, B. M. **O futuro do MPA**. Brasília: 2004. 26p.(Caderno de Estudos do MPA N° 1).

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno ; BRANDENBURG, Alfio (Org.). **Para pensar**: outra agricultura. Curitiba: UFPR, 1998.

FORGEARD, G. **Alternância e desenvolvimento do meio**. In: PRIMEIRO SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA. UNEFAB, Salvador: 1999. 64-72p.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 10ª ed. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1977. 93p.

_____ **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FURTADO, E. & FURTADO, R. **Repercussão da reforma agrária no desenvolvimento local no Nordeste:** a capacitação como uma estratégia imprescindível. 55 –66 p. In: Reforma Agrária e desenvolvimento sustentável. Brasília:intelecto, 2000. 382p.

GIMONET, J. **Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo:** as casas familiares rurais de educação e de orientação. In: PRIMEIRO SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA. UNEFAB, Salvador: 1999. 39-48.

LEITE, S. **Impactos regionais da reforma agrária no Brasil:** aspecto políticos, econômicos e sociais. 37- 53p. In: Reforma Agrária e desenvolvimento sustentável. Brasília: intelecto, 2000. 382p.

LOPES, S. A. **Plano de estudo na EFA- COAAMS.** Monografia de conclusão de curso. Campo Grande: UNEFAB, 2002.

LUZ, J. T (org.) **Juventude rural e políticas públicas:** coletânea de textos sobre políticas públicas e juventude rural. Florianópolis: CEPAGRO, 2001. p.40.

MACHADO, B. **A pedagogia da alternância como modalidade de educação:** alguns desafios para a extensão rural. UEPG: Universidade Estadual de Ponta Grossa – Paraná. Ponta Grossa, 2003.

MACHADO, L.C. P. **Pastoreio racional Voisin:** tecnologia agroecológica para o terceiro milênio. Porto Alegre: Cinco continentes, 2004, 314p.

MÂNPIO, A. J. **A pedagogia da alternância como modalidade de educação:** alguns desafios para a extensão rural. UEPG: Universidade Estadual de Ponta Grossa – Paraná. Ponta Grossa, 2003.

MANOSSO, O. **Projeto de pesquisa e experimentação pedagógica sobre visita as famílias.** Monografia de conclusão de curso. UNEFAB, Campo Grande: 2002.

MARTÍN, José Carpio. **Nuevas realidades em el desarrollo local en España e Iberoamérica.** In: Seminario Internacional sobre Perpectivas de Desarrollo en Iberoampérica. Santiago de Compostela, 1999.

MARTINS, J. **A pesquisa qualitativa.** In: FAZENDA, I.(org.) **Metodologia da pesquisa educacional.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1997, 174p.

MELADO, J. **Manejo de pastagem ecológica: um conceito para o terceiro milênio.** Viçosa: Aprenda Fácil, 2000, 224 p.

MELLO, M. A de et. al. **Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar.** 2003.

MICHELS, I. **Leite.** Campo Grande: UFMS, 2003, 178p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Política nacional de assistência técnica e extensão rural.** Dezembro 2004. Disponível em <<http://www.pronaf.gov.br/ater/Docs/pnater.doc>> acessado em 21 dez.04.

MOREIRA, C. E. **Da revolução aos resultados.** Florianópolis: Insular, 1998. 128 p.

OLIVEIRA, A. G. de **Origem e evolução da extensão rural no Brasil:** uma análise histórico-crítica. Viçosa: 1987 p.138. (Tese de mestrado apresentada à Universidade Federal de Viçosa, do curso de Extensão Rural, “Magister Scientiae”).

OLIVEIRA, A. U. de **Modo capitalista de produção e agricultura.** São Paulo: Ática, 1986. p85.

PAIVA, V.P. **Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira S. A, 1980. 208p.

PALUDO, C. **Educação popular em busca de alternativa:** uma leitura desde o campo democrático popular. Porto Alegre: Tomo editorial, 2001. 272p.

PAULITSCH, R. J. **Ruralidade e potencialidade de desenvolvimento local em São Gabriel do Oeste – MS**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) UCDB Campo Grande, 2002. 151p.

PISTRAK, M. **Fundamentos da escala do trabalho 1925 Trad.** Daniel Aarão Reis Filho. São Paulo. Expressão popular Ltda. 2000.

PRIMAVESI, A. **Manejo ecológico de pastagens em regiões tropicais e subtropicais**. São Paulo: Nobel 1999. 185 p.

PUTNAM, Robert D. (1996). **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. Disponível em <<http://nutep.adm.ufrgs.br/pesquisas/Desenvolvreg.html> >acessado em agos. de 2004. de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

REIS, A. F. Campo Grande: a formação da sociedade local e o desenvolvimento de sua identidade cultural. **INTERAÇÕES: Revista Internacional de Desenvolvimento Local n. 4**. Campo Grande: UCDB, 2002, p.41-49

RODRIGUEZ, F. Elementos para o debate sobre a questão de gênero no meio rural. In: IV Conferência internacional da via campesina. São Paulo: Editora Peres, p. 74.

ROEL, A.R. Utilização de plantas com propriedades inseticidas: uma contribuição para o desenvolvimento rural sustentável. **INTERAÇÕES: Revista Internacional de Desenvolvimento Local n. 2**. Campo Grande: UCDB, 2001, p. 43-50.

ROMERO, N. F. **Alimente seus pastos... com seus animais!** Guaíba: Agropecuária, 1994. 89p.

SANTOS, Milton; Silveira, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de janeiro: Record, 2001.

SÓRIO JÚNIOR, H. **Pastoreio Voisin: teorias-práticas-vivências**. Passo Fundo: UPF, 2003. 408 p.

SÓRIO JÚNIOR, H. **A ciência do atraso: índices de lotação pecuária no Rio Grande do Sul.** Passo Fundo: UPF, 2001. 108 p.

TANTON, C. **Alternância e parceria: família e meio sócio-profissional.** In: pedagogia da alternância: alternância e desenvolvimento. Salvador: Dupligráfica, 1999. 147p.

THIOLLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquête operária.** São Paulo: Editora Polis, 1987. 270p.

TORO, José Bernado A.; Werneck, Nísia Maria Duarte. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos E Amazônia Legal/ Secretária de Recursos Hídricos. Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior-ABEAS/UNICEF, 1997.

UNEFAB. **Relatório do I congresso e VIII assembléia geral [CD – ROM].** Brasília: 2002.

VEIGA, J. E da. In : **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável.**(19-35p Diretrizes para uma Nova Política Agrária). Pedro Sisnando Leite et alii (orgs.). Brasília: Paralelo15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/ Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000. 382p.

_____ **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000, p. 197.

VOISIN, A. **Productividad de la hierba.** Madrid: Tecnos, 1967a. 499 p.

WWF- Brasil, **Homem usa 20% a mais do que a terra pode repor.** Agosto 2002.

Disponível em < http://www.wwf.org.br/box/default.asp?module=boletim29_2bhtm >. Acessado em 27 jun. 04

WANDELEY, M.N. B; **Raízes históricas do campesinato brasileiro: XX Encontro anual da Anpocs.** gt 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. 1996 19p.

APÊNDICES

Apêndice A

Modelo de formulário aplicado aos alunos egressos da EFA - COAAMS e das visitas às famílias dos alunos.

1. EX-ALUNO FORMADO NO ENSINO MÉDIO (antigo 2º grau) E TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA NA EFA – COAAMS

IDENTIFICAÇÃO

Nome completo: _____

Sexo: a) feminino b) masculino

1.3. Idade: _____

1.4. Município onde reside: _____

1.5. Reside na: a) zona rural b) zona urbana (cidade, povoado, distrito)

1.6. Endereço de correio (rua, quadra, lote, bairro, cidade, caixa postal, CEP) _____

Endereço eletrônico – Email: _____

1.8. Telefones: residencial: _____ trabalho: _____ recados: _____

II. ENSINO MÉDIO (antigo 2º grau) E TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA

Iniciou no ano de ____ e concluiu no ano de ____ -. Com ____ anos de idade

O Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries cursou na escola: _____

III. DEPOIS DE TERMINAR O CURSO NA EFA

3.1. Continuou estudando: a) sim b) não

3.2. Em caso afirmativo, que cursos fez:

a) curso superior. Qual _____

b) outros cursos. Quais _____

3.3. Trabalhou: a) sim b) não

IV. ATUALMENTE VOCÊ

4.1. vive no meio rural

Agricultor proprietário b. Agricultor e pequeno comerciante.

Agricultor com agroindústria artesanal d. Meeiro.

parceiro f. arrendatário.

assalariado rural h. Agroturismo.

Agricultor e outra profissão (marceneiro, transporte, etc.)

Viveirista, Floricultor, Jardineiro k Pequena groindústria

Assistência técnica agrícola m. Gerente de empresas e fazendas

Monitor da EFA o. Dona de casa

Outra atividade. Qual: _____

4.2. exerce outras atividades fora do meio rural

Comerciante b. Professor c. Funcionário público.

Continuação....

- () Empresário: transporte, oficinas mecânicas, etc.
- e. () Empregado: comércio, transporte, restaurante, agroindústria, etc.
- f. () Costureira g. () Marceneiro h. () Eletricista.
- i. () Pedreiro j. () Policial k. () Político
- () Saúde m. () Sindicato
- n () outra. Qual: _____

- 4.3. () vive no meio urbano, estudando e trabalhando.
- a. () estudo e trabalho ligados diretamente ao meio rural.
- b. () estudo e trabalho não ligados diretamente ao meio rural.
- c. () estudo ligado e trabalho não ligados diretamente ao meio rural.
- d. () estudo não ligado e trabalho ligado diretamente ao meio rural.

- 4.4. () vive no meio urbano, só estudando.
- () curso ligado diretamente ao meio rural
- () Curso não ligado diretamente ao meio rural

- 4.5. () vive no meio urbano, só trabalhando
- () trabalho ligado diretamente ao meio rural
- () trabalho não ligado diretamente ao meio rural

V. PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES

Atualmente você participa de organizações comunitárias, movimentos sociais, clubes, ou outras organizações? () sim () não

Em caso afirmativo qual ou quais?

- 5.2 Qual a sua avaliação das organizações comunitárias em seu meio, atribua nota de 1 a 10.
- () Participação dos assentados;
- () A capacidade dos líderes, presidentes, coordenadores, ...

QUESTIONÁRIO DA VISITA A FAMÍLIA

1 Identificação

Aluno:..... Série:.....
 Pai:.....
 Mãe:.....
 Nº irmão(s):..... em casa:..... Fora:..... Irmã(s):..... Em casa:..... Fora:.....
 Assentamento:..... Lote nº Área
 Município:.....
 Atividade principal:.....
 Outras:.....
 Criações:.....
 Cultivos:.....
 Máquinas e implementos:.....
 Moradia: condições da casa:.....
 Distância:
 Da sede do município:.....
 Da
 EFA:.....
 Meios de locomoção:.....
 Energia:
 tipo:.....
 uso:.....
 Meios de comunicação:.....

2 Aspectos Pedagógicos

Descrever o que foi conservado com a família sobre aprendizagem, convivência, participação, interesse, responsabilidade do(a) filho(a) na escola, o que foi falado em termos de problemas de disciplina dificuldades de aprendizagem e necessidades da família em acompanhar o filho(a) nas atividades diversas e específicas da EFA.

.....

3 Observações (vistoria no lote, atividades, manifestações, etc.).

.....

Data:...../...../.....

Apêndice B

Avaliação dos alunos da visita às famílias

Aluna: Elisângela Donizete Perin 3º Ano

P.A Sul Bonito Itaquiaraí – MS

Agosto de 2001

Só pelo motivo da visita meus pais gostaram, quando souberam do motivo da visita sentiram dividir a responsabilidade educação dos filhos com os monitores da EFA, acreditam que este método é a melhor forma em que, pais, alunos e escola estarem se aproximando.

Lastimaram-se com o pouco tempo por propriedade, surgiram vir com mais tempo para que assim pudesse fazer um trabalho mais amplo.

Em contrapartida, senti que meus pais e vizinhos começaram a cobrar mais de mim.

Aluno: Nelson dos Santos 2º Ano

P.A. Indaiá – Itaquiaraí – MS

Julho de 2001

Quando falamos de Escola Família Agrícola, vemos que esse nome significa uma ligação entre escola e família; Por tanto nada mais gratificante do que a visita de monitores desta escola em nossa propriedade. Recebemos Olga e Claudir com muita alegria, isso nos muito feliz, até por sabermos a preocupação que os monitores tem com seus alunos. Preocupação essa. Que seus alunos possam desenvolver projetos em sua propriedade que possam assim se auto-sustentar, sem precisar migrar para as grandes cidades em busca de emprego. Eu tive a honra de acompanhar a Irmã Olga e o professor Claudir na visita as casas e propriedade dos alunos de meu assentamento, assim tive a oportunidade de ver algumas atividades (projetos) que eles vinha desenvolvendo e também trocar idéias com Claudir e Olga. Esses monitores ficaram muito felizes com os projetos que estávamos implantando em nossa propriedade, que são; Sericultura e suinocultura, que hoje já esta funcionando (em atividade). Eu sendo o guia de Olga e Claudir na visita dos alunos do meu assentamento fomos até do ex-aluno Marcel. Encontramo-lo trabalhando com um sistema de pastagem viável para pequena propriedade. Percebi que os monitores ficaram felizes com o ex-aluno,

por ele ter continuado trabalhando em sua propriedade, com projeto de gado leiteiro e avicultura de corte gerando uma boa renda para a Agricultura Familiar.

O monitor Claudir se preocupava em propor idéias para um melhor aproveitamento da propriedade, isso significa um projeto de uma escola que se deve por em pratica par a melhoria de vida no campo.

Aluno: Gerson Cordeiro de Oliveira 3º Ano

P.A. Sul Bonito Itaquiraí – MS

Julho de 2001

Posso assegura que foi de grande valia a visita de sua pessoa justamente com o professor Claudir a nossa propriedade;

O meu pai começou a olhar a propriedade de uma maneira diferente, com mais esperança, e já me ouve com mais atenção. Como por exemplo: um dia após a visita já fizemos o composto, que inclusive já estamos utilizando.

A horta, que na época da visita estava em estado de calamidade hoje já esta produzindo as hortaliças para o consumo da família;

Idéias nós temos de sobra, o que faltava era um “puxão de orelhas”, e hoje nos encontramos bem melhor que antes.

Já estou mais ativo na comunidade, um pouco tímido ainda, é verdade, mas estou espaço entre meus vizinhos.

Nada mais a declarar.

Aluna: Renata Araújo Goularte 1º Ano

P.A. Indaiá – Itaquiraí – MS

Novembro de 2001

Achei muito importante, pois passa para os pais que a escola e os monitores se importam e se interessam pelos alunos e as atividades exercidas na escola. Assim como a reunião, a visita trouxe como beneficio o conhecimento sobre o lar de cada aluno e se estão executando suas atividades impostas pela EFA.

Acho muito importante que continue acontecendo, pois nos proporcionam mais incentivo, pois outras escolas não se importavam com isso trazendo ao aluno uma insatisfação pelo estudo, já com as visitas e as reuniões, além de nossos pais saberem o que nós fazemos traz a nós muito prazer por ter essa chance que muitos queriam ou querem ter.

Eu falei com meus pais nessa quinzena por que estava estagiando na secretaria, mais me lembro muito bem da casa da alegria dos meus pais por ter pessoas que se importassem tanto comigo e sem contar que acharam a Ir. Olga uma gracinha e o professor Claudir uma pessoa muito educada.

Apêndice C

PLANO DE FORMAÇÃO – ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA – COAAMS

TEMA GERADOR	QUINZ	TEMA DO PE	RESP	ENFOQUE	VE	IE	VF	SERÃO	CR	Atividade de Retorno	
O HOMEM, A MULHER E A TERRA 1º ano/1º etapa	1º mot 2º - c/c 3º - ret	A luta na terra	Wilson	<ul style="list-style-type: none"> Resgate histórico/cultural Sentimento com a terra (cuidado e relação) Desafios e conquista; geração de renda; subsistência 		Mesa redonda (FAF, CPT, MST, FETAGRI, ...)	* * Organização administrativa * Uso dos recursos naturais * Diálogo * Analisar, discutir, observar, contribuir: • Aspecto cultural e social; • Alimentação alternativa Relacionamento	- filme	- Questionário - Texto Individual - Texto coletivo	- Apresentação de produtos dos resultados da luta.	
	3º - mot 4º - c/c	A família	Sirlete	<ul style="list-style-type: none"> Participação nas organizações Resgate histórico (casamento, dependência,...) Relacionamento (homem/mulher, vizinho...) 				- Apresentação no NC - Relação : comunidade terra, família gênero	- Questionário - Texto individual - Arvore Genealógica - Texto Coletivo - Fotos	- Apresentar/ Socializar c/ a família, as experiências das outras famílias. - Convidar associação para falar da EFA c/ a família.	
	4º - mot 5º - c/c	Quem sou eu?	Carlinda	*Sentimentos, crenças/valores, ética, desejos, limites/difícil, relação (Deus/EU/outro) características, conquistas. Sonhos (projeto de vida)		Psicóloga (auto estima)			- Linguagem do corpo (Luli/ UCDB)	- Questionário - Texto Individual - Texto coletivo - Caricatura	- Discutir e traçar metas pessoais com a família e registrar no CR.
	5º - mot 6º - c/c	Saúde humana	Doralice	<ul style="list-style-type: none"> Alimentação alternativa Medicina caseira Qualidade de vida (valorização da pessoa, prevenção,...) 	Visite a uma horta medicinal	Nutricionista			- Alimentação alternativa para degustação na NC	- Questionário - Receitas alternativas	- Troca de mudas e sementes de plantas medicinais. - Discutir a saúde com os agentes de saúde na associação.
	6º - mot 7º - c/c	Preservação ambiental	Maria Rita	<ul style="list-style-type: none"> Água-nascente-mata ciliar; Relação com a natureza (recursos naturais,...) Reciclagem (composteira,...) 	Reserva parque dos poderes	SEMACT			- Vídeo _Reciclagem de papel	- Questionário - Textos	- Construção de uma composteira
	7º - mot 8º - c/c 9º - ret	Desenvolvimento da propriedade	Claudir	<ul style="list-style-type: none"> Como trabalhar o quintal Diagnostico (solo, culturas, infra-estrutura, capacidade administrativa) 	Visitar uma propriedade	IDATERRA			Teatro na NC: Minha Realidade (analisar as diferenças)	- Questionário - Texto individual - Texto coletivo	- Discutir na família as potencialidades de melhoria.

PLANO DE FORMAÇÃO – ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA – COAAMS

TEMA GERADOR	QUINZ	TEMA DO PE	RESP	ENFOQUE	VE	IE	VF	SERÃO	CR	Atividade de Retorno
AGRICULTURA FAMILIAR 2º ano – 2ª etapa	1º mot 2º - c/c	Cultura de subsistência	Paulinho	<ul style="list-style-type: none"> Geração de renda Planejamento de sustentabilidade (aproveitamento dos recursos naturais) 	IDATERRA	Seminário das culturas da EFA		- Apresentação e degustação de produtos	-Questionário - Texto individual e coletivo	- Organizar para a turma a manutenção alimentar para 1 semana
	2º- mot 3º- c/c 4º ret.	Saúde humana, plantas e animais	Carlinda	<ul style="list-style-type: none"> Receitas caseiras (fitoterapia, homeopatia, tintura...) Saber popular (benzimento, lua, simpatia) 	Pastoral da saúde (Dr. Isaías) Raimundo Curandeiro				-Questionário -Textos individuais e coletivos Gráficos	- Apresentar e discutir o levantamento para a comunidade e associação
	4º - mot 5º - c/c	Ped. da alternância para desenvolvimento local	Claudir	<ul style="list-style-type: none"> Conhecimento da proposta Interferência (nas organizações, propriedade, família...) Sustentabilidade x geração de renda 	AEFACOT ou UNEFAB			- Teatro na NC	-Questionário Texto individual e coletivo	- Discutir e esclarecer o PA nas associações
	5º - mot 6º - c/c	EFA x tecnologia	Sirlete	<ul style="list-style-type: none"> Proposta P. Alternância x Assistência Técnica e Extensão (o que temos x o que queremos) Apropriação dos meios x alternativas. Por que? 	CEPACI	CEPACI		- Organização do CR	Questionário - Texto individual e coletivo - Foto da propriedade	_Apresentar/discutir a palestra (IE) e a VE com a Associação
	6º- mot 7º - c/c	Organização dos Trabalhadores Rurais	Olga	<ul style="list-style-type: none"> Importância da organização no desenvolvimento do meio (análise econômico, social e político,...) 	OCB	Guia Lopez da Laguna			- Entrevista - Relatório - Texto coletivo	- Participar da reunião na Associação e relatar como solucionar os problemas surgidos
	7º- mot 8º- c/c 9º - ret	Projeto de vida e projeto profissional		<ul style="list-style-type: none"> Valorização do meio rural Engajamento ≠ profissões do meio rural perspectivas de vida (sonhos) 						

- Saber diferenciar a proposta da EFA
- Inserir nas organizações populares
- Criar formas alternativas agroecológica

PLANO DE FORMAÇÃO – ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA – COAAMS

TEMA GERADOR	QUINZ	TEMA DO PE	RESP	ENFOQUE	VE	IE	VF	SERÃO	CR	Atividade de Retorno
DESENVOLVIMENTO LOCAL 3º ano – 3ª etapa	1º mot 2º - c/c 3º - ret	Política e cidadania	Sirlete	<ul style="list-style-type: none"> conceitos. O que é política? Correlação de forças Projeto de cada partido Formas de participação 	Pedro Kemp	-Assembleia Legislativa Câmara	Avaliar a participação na busca da emancipação econômica e política: • Ocupar espaços • Romper as dependências	-Teatro na NC Participação Monólogo Projeto/correlação	-Questionário Texto individual e coletivo -Recortes	-Visita aos Diretórios municipais. -Pesquisa sobre projeto do Partido.
	3º - mot 4º - c/c	Programas e projetos sociais	Doralice	<ul style="list-style-type: none"> Políticas públicas x políticas compensatorias O que representa para o povo 	COGE?	-Assistir a 1 entrega de cesta básica			-Questionário Gráfico -Texto coletivo	-Depoimento das famílias atendidas pelos programas.
	4º - mot 5º - c/c	Movimentos e entidades populares	Olga	<ul style="list-style-type: none"> Quem são eles (urbano, rural) Resgate histórico de MS: CUT, CPT, MST, FETAGRI, MMTR, FAF ≠ entre mov. sindical e mov. e entidades populares 	-Mesa redonda Representante dos movimentos				-Questionário relatório	-Falar para o grupo dos jovens a importância dos movimentos e entidades populares
	5º - mot 6º - c/c	Agente de desenvolvimento rural	Claudir	<ul style="list-style-type: none"> realidade x perfil do Técnico x necessidades como organizar para atender a demanda 	Ivan (perfil do agente)	-IDATERRA -CENTRAL -CEPACI		palestra	-Questionário -Texto individual e coletivo	-Verificar as necessidade dos órgãos de assistência e traçar a proposta de solução
	6º - mot 7º - c/c	comercialização	Paulinho	<ul style="list-style-type: none"> demanda x oferta de produção agregação de valores qualidade organização 	Martelli CONAB	-Chácaras de Horti CONAB		palestra	-Questionário -Texto individual e coletivo	-Discutir com a associação alternativas de comercialização
	7º - mot 8º - c/c 9º - ret	Projeto profissional e pessoal	Elaboração sistemática de um projeto específico							